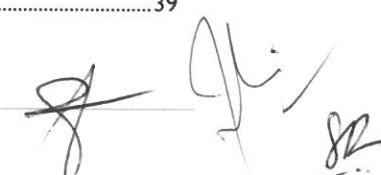




**Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. | 2018**

ÍNDICE

A. PRINCIPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS	5
I. INTRODUÇÃO	5
2. A EMPRESA.....	7
2.1 MISSÃO	7
2.2 VISÃO.....	7
2.3 ATIVIDADE E POLÍTICAS.....	7
2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO	9
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	10
4. PRESSUPOSTOS MARCROECONÓMICOS	13
B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO.....	14
I. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL.....	14
I.1. Investimento	14
I.2. Desagregação e Calendarização do Investimento	16
I.3. Cobertura Financeira dos Investimentos (EVEF)	19
I.4. Identificação dos Novos Investimentos cujo montante total seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10 % do Orçamento da empresa para o ano de 2018 ⁽¹⁾	22
I.5. Memória descritiva dos Novos Investimentos, Plano Financeiro Pluriannual, Objetivos a atingir e Indicadores Financeiros e Operacionais	23
I.6. Variação do Endividamento.....	24
I.7. Priorização dos Investimentos	26
I.8. Financiamento do Investimento.....	28
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISONAIS PARA O ANO DE 2018.....	29
2.1 BALANÇO PREVISONAL.....	29
2.1.1 BALANÇO PREVISONAL 2018 POR TRIMESTRES	31
2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISONAL	33
2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISONAL 2018 POR TRIMESTRES	36
2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISONAL	37
2.3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISONAL 2018 POR TRIMESTRES	39



3. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SEE	41
3.1 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	41
3.2 ESTRATÉGIAS DE MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS.....	42
3.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E PAGAMENTOS EM ATRASO	43
3.4 MINIMIZAÇÃO DA DÍVIDA BANCÁRIA E ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA DÍVIDA BANCÁRIA DOS ENCARGOS FINANCEIROS.....	44
3.5 CÁLCULO DO EBITDA E EBITDA AJUSTADO	45
3.6 CÁLCULO DO EBIT E EBIT AJUSTADO	46
3.7 EVOLUÇÃO DO EBITDA E DOS DIVIDENDOS PAGOS.....	47
3.8 RÁCIO GO/VN (ARTIGO 145º DLEO).....	48
3.9 NOTAS SOBRE AS RUBRICAS DO PRC.....	50
3.9.1 CUSTO DAS VENDAS	50
3.9.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	50
3.9.3 DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, ALOJAMENTO E ENCARGOS COM VIATURAS	52
3.9.4 CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA	52
3.9.5 VOLUME DE NEGÓCIOS.....	52
3.10 FROTA AUTOMÓVEL.....	53
4. RECURSOS HUMANOS	55
4.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS EFETIVO DE RH	55
4.1.1 AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS.....	56
4.1.2 AUMENTO DOS GASTOS TOTAIS COM RECURSOS HUMANOS.....	60
4.1.3 SUBSTITUIÇÃO DE COLABORADORES.....	60
4.1.4 CONVERSÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO A TERMO EM CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO	60
4.2 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES.....	61
4.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	62
5. ESFORÇO PÚBLICO DE FINANCIAMENTO	62
6. CONCLUSÕES	63



A. PRINCIPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

I. INTRODUÇÃO

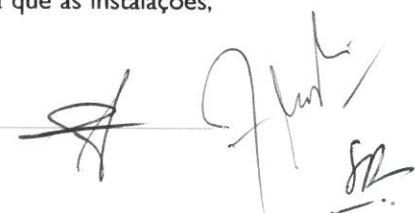
A região do Alentejo, em particular o Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central, é reconecidamente uma região com graves carências de abastecimento de água para consumo humano em termos de qualidade e quantidade e de tratamento de águas residuais urbanas facto esse ilustrado pela existência de um vasto conjunto de processos em fase de contencioso comunitário por incumprimento das Diretivas Comunitárias aplicáveis.

É nesse contexto que em 25 de setembro de 2009 foi assinado entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo um contrato de Parceria Pública visando a conceção, construção e exploração de um Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIA), envolvendo as componentes abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais urbanas, ambas na vertente “em alta” e por um período de 50 anos.

No âmbito desse Contrato foi criada, na mesma data, como Entidade Gestora da Parceria a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA (AgdA), atualmente com um capital social de € 6.630.000 (seis milhões, seiscentos e trinta mil euros), realizado em € 4.815.000 (quatro milhões, oitocentos e quinze euros) repartidos entre a Águas de Portugal, SGPS (51%) e a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo (49%), à qual foi cometida, através de um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros e a Sociedade, não só a responsabilidade pela execução de um vasto programa de investimentos em infraestruturas e equipamentos mas também a exploração e manutenção dos sistemas de abastecimento e tratamento de águas residuais urbanas pelo período de 50 anos de vigência da Parceria.

Apesar de formalmente criada em setembro de 2009 a AgdA só inicia a sua atividade operacional em 1 de julho de 2010 com a integração das componentes “em alta” de água e de tratamento de águas residuais dos sistemas municipais de 10 dos 21 Municípios abrangidos pela Parceria e em 2011 integra os sistemas municipais de mais 8 Municípios, concluindo o processo de integração com mais 2 sistemas municipais em 2013, perfazendo um total de 20 sistemas municipais que atualmente estão sob a sua responsabilidade não apenas em termos de execução do plano de investimentos mas também da gestão, operação e manutenção das infraestruturas de captação, tratamento e adução de água para consumo humano e de recolha, tratamento e rejeição águas residuais urbanas na sua componente “em alta”.

Importa, pois, salientar que apenas em 2014 é que a AgdA exerceu um ano de plena atividade, representando este ano a comparabilidade para com os anos futuros, ainda assim com a ressalva de que os custos associados às atividades de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais vão variando à medida que as instalações, infraestruturas e equipamentos vão sendo construídos ou reabilitados em função da execução do plano de investimentos programado.



Acresce que, no que respeita à atividade de Saneamento, a empresa tem vindo a iniciar a operação de infraestruturas com a conclusão dos investimentos de construção e de reabilitação das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) pelo que para análise económica comparada importará expurgar dos custos os gastos destas novas atividades.

No que diz respeito ao ano de 2018 e seguintes, importa ter presente que o orçamento plurianual foi elaborado tendo em consideração os pressupostos de atividade e de investimento previstos em Contrato de Gestão e respetivo Aditamento assinados pelos Parceiros, Municípios e Estado, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, respetivamente pelo período de 50 Anos.

Fernando M. H.

2. A EMPRESA

2.1 MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo)**, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2.2 VISÃO

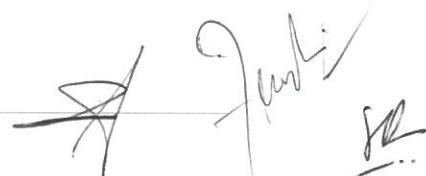
A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

2.3 ATIVIDADE E POLÍTICAS

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. assume o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e colocará, nos vários níveis da sua organização, todo o empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores e comunidade.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. na sua atividade, assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, como forma de garantir a sustentabilidade da empresa, numa perspetiva de racionalização dos gastos, com vista à eficiência.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, a região do Alentejo, contribuindo para a gestão adequada dos recursos disponíveis na região e para a requalificação ambiental do território.



Concededora dos problemas ainda não resolvidos no setor do abastecimento de água e do saneamento e consciente das suas responsabilidades no cumprimento das metas nacionais e comunitárias a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir ativamente para serem atingidas as metas 86% e 78% de atendimento nas componentes abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, respetivamente, estabelecidas no Contrato de Gestão, relativamente ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., na sua gestão, cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas dos acionistas.

A empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., na sua atividade, assume os seguintes objetivos:

- i. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante da especificidade do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- ii. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
- iii. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
- iv. Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da entidade gestora do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- v. Contribuir ativamente para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente.



2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Tendo por objetivo a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas da empresa para as atividades de Abastecimento e de Saneamento de Águas residuais, a AgdA dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo dos quais se destacam pela sua importância económicos e financeiros:

a) PAI – Plano Anual de Investimentos

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de três anos e consiste numa previsão de todos os investimento que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água.

A realização dos projetos é controlada por meio do sistema SAP e o acompanhamento é efetuado regularmente pela Comissão Executiva e mensalmente pelo Conselho de Administração.

b) PAC – Plano Anual de Compras

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de dois anos e consiste numa previsão de todos os procedimentos de compras de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água.

O Plano Anual de Compras permite planear com maior rigor e antecipar a elaboração de procedimentos no âmbito do Código da Contratação Pública sendo a execução da despesa controlada através do sistema SAP e o acompanhamento efetuado regularmente pela Comissão Executiva e mensalmente pelo Conselho de Administração.

c) Orçamento Anual

É elaborado anualmente com a participação de todas as áreas técnicas, um orçamento de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa.

As aquisições de bens e serviços previstas em orçamento são controladas através de mecanismos de controlo interno incorporados no Sistema SAP, em termos de autorizações que traduzem a delegação de competências em vigor na Empresa.



A avaliação da execução do Plano de Investimento, Plano de Compras e o Orçamento anual é feito trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista, constando a mesma dos Relatórios anuais de prestação de contas, que é disponibilizado publicamente no site da AgdA.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

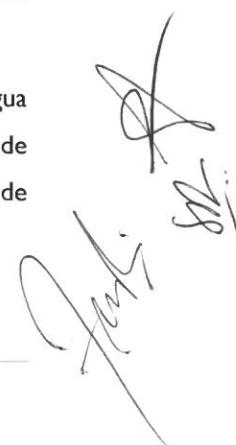
O presente documento foi elaborado de acordo com as orientações aplicadas ao Setor Empresarial do Estado.

A atividade da Empresa consiste no abastecimento de água para consumo humano com garantia de fiabilidade em quantidade e qualidade e no tratamento das águas residuais urbanas de acordo com a legislação em vigor nas componentes “em alta” aos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Alvito, Almodôvar, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira envolvendo uma área de cerca de 15.350 Km², correspondente a 17% do território Nacional e uma população na ordem dos 250.000 habitantes.

A integração da componente “em alta” dos sistemas municipais foi sendo feita de forma gradual desde 1 de julho de 2010 até finais de 2013, razão pela qual só partir daquela data é que AgdA assumiu na plenitude a operação dos sistemas municipais pelo que a evolução dos gastos e rendimentos operacionais reflete consequentemente essa evolução uma vez que esses gastos e rendimentos se relacionam diretamente com o nº de instalações e infraestruturas operadas e com a população servida.

Especificamente no que respeita à componente de abastecimento de água importa salientar que desde sempre foi identificada como uma das maiores fragilidades dos sistemas de abastecimento o elevadíssimo nº de origens de água subterrâneas e a sua dispersão bem como as baixas produtividades dessas origens e a deficiente qualidade da água que lhes está associada e ainda a desadequação dos sistemas de tratamento à qualidade da água bruta.

Neste domínio o esforço de investimento da AgdA tem-se concentrado a redução do nº de origens promovendo a adoção de modelos integrados de origens de água subterrâneas e superficiais e dotando os sistemas de captação, de tratamento e adução de soluções tecnologicamente avançadas que garantam fiabilidade em quantidade e qualidade da água fornecida aos Municípios da Parceria. Essa estratégia tem, no entanto, implicações em termos de custos acrescidos, nomeadamente em termos de



energia, comunicações, lamas e reagentes, comparativamente com os antigos e obsoletos sistemas herdados dos Municípios o que se reflete nos valores orçamentados na rubrica dos Fornecimentos de Serviços Externos (FSE) e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), respetivamente.

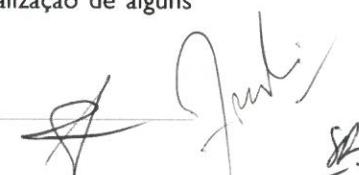
No que concerne à componente tratamento de águas residuais merece ser salientado que à data integração dos sistemas municipais haviam 22 processos em contencioso comunitário por incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas e que atualmente apenas 5 ainda não foram resolvidos mas estão em fase de resolução através da construção de novas ETAR ou de reabilitação profunda das existentes. No entanto há ainda um vasto conjunto de ETAR que estão em risco sistémico de incumprimento e, portanto em situação de potencial abertura de novos processos de contencioso comunitário.

Nesse quadro o esforço de investimento da AgdA foi no sentido de reabilitar as ETAR suscetíveis de virem a cumprir o Normativo Comunitário e de construir novas ETAR quando a reabilitação não era técnica e economicamente viável. Em qualquer dos casos a intervenção implicou na esmagadora maioria dos casos a substituição da tecnologia vigente das ETAR de lagunagem por tecnologias de tratamento por lamas ativadas o que implica maiores consumos de energia a que acrescem ainda os custos decorrentes da adoção de sistemas de espessamento de lamas nomeadamente no que respeita a custos de energia, de reagentes e de envio das lamas a destino final adequado, o que se reflete no valor orçamentado como FSE's para 2018.

Ainda nesta componente de tratamento de águas residuais é ainda de destacar que uma ETAR de lamas ativadas com sistema de espessamento de lamas tem custos de operação e manutenção significativamente maiores do que os decorrem da operação de uma ETAR de lagunagem simples, razão pela qual os custos de subcontratos (outsourcing) tem vindo a aumentar comparativamente com os da operação dos sistemas municipais herdados pela AgdA.

No contexto do que antecede é de referir que em 2015, 2016 e 2017 entraram em funcionamento diversas infraestruturas o que se refletirá no aumento da atividade e consequentemente no orçamento para 2018. No entanto a entrada em funcionamento das ETAR referidas permitirá igualmente à AgdA passar a faturar aos Municípios o serviço prestado, à tarifa aprovada, refletindo-se este efeito no aumento do volume de negócios estimado em orçamento para 2018.

Pela importância que a rubrica de Fornecimento e Serviços Externos (FSE) assume no quadro global dos custos da Empresa entende-se dever referir que os valores evidenciados relativos a “trabalhos especializados” está diretamente relacionado com desobstruções de coletores e assistências técnicas decorrentes da fase de investimentos que a Empresa se encontra a executar enquanto que se prevê uma a redução significativa do valor orçamentado nas rubricas de transporte de mercadorias e de rendas e alugueres. A redução prevista na rubrica de “transportes de mercadorias” decorre do facto de em 2015, 2016 e 2017 se terem verificado anos particularmente secos o que implicou escassez de água nas origens tradicionais com o consequente recurso a transportes de água como forma de garantir o abastecimento de alguns aglomerados do Sistema sob responsabilidade AgdA, situação que não se prevê que venha a ser atenuada no ano de 2018. Acresce que com a realização de alguns



investimentos programados, prevê-se que seja possível garantir o abastecimento de água através de captações superficiais a alguns aglomerados que até então eram abastecidos por sistemas autónomos que não garantiam a continuidade do abastecimento.

Entende-se ainda ser de explicitar, até pelas repercussões nos resultados da Empresa, que o investimento programado para 2018, 2019 e 2020, corresponde à parte do valor global do investimento programado para o quinquénio 2016-2020 imputada a estes anos e que foi aprovado pelos Parceiros Estado e Municípios aquando da assinatura das adendas aos Contratos de Parceria e de Gestão em dezembro de 2015. Importa ainda referir que cerca de 57% do investimento previsto já se encontra contratado com o POSEUR no âmbito do programa Portugal 2020.

Por fim importa salientar que à exceção de 2010, data em que a Empresa iniciou a sua atividade, a AgdA tem apresentado em todos os anos “desvios de recuperação de gastos” positivos (superavit tarifário), isto é, um excedente de rendimentos comparativamente com os gastos totais prevendo-se que também em 2018 se venha a obter superavit tarifário, o que significa que se está a verificar uma cobertura total dos gastos e consequentemente a garantir a sustentabilidade financeira da Empresa através das tarifas cobradas aos Municípios pela venda de água para abastecimento e pelo serviço de recolha e tratamento de águas residuais.



4. PRESSUPOSTOS MARCROECONÓMICOS

Os pressupostos macroeconómicos utilizados pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram indicados, sempre que aplicável, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do Ofício Circular 5127, de 29 de novembro de 2017, pela ERSAR na qualidade de entidade reguladora do Setor e pela AdP SGPS na qualidade de Acionista.

Pressupostos Macroeconómicos	Orçamento 2018
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista	
Euribor 3m	0,00%
Euribor 6m	0,00%
Euribor 12m	0,00%
OT	3,10%
Spread financiamentos bancários curto prazo	1,30%
Spread apoios AdP SGPS curto prazo	1,50%
Spread apoios AdP SGPS médio e longo prazo	1,95%
Juros de Mora	
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	7,00%
Taxas de Atualização de Preços	
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	1,40%
Índice de Produtividade de Fatores	2,32%
Electricidade	6,18%
Combustíveis	1,40%
Impostos	
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	21%
Derrama Estadual	1,50%



B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

I. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

O plano de investimento da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para os anos de 2018, 2019 e 2020 está em conformidade com a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Parceria para o quinquénio 2016-2020 aprovado em simultâneo com a assinatura das Adendas aos Contratos de Parceria e de Gestão, pelos Parceiros Estado e Municípios em dezembro de 2015.

I.I. Investimento

O quadro seguinte contempla o investimento na construção de infraestruturas previstas pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para os anos de 2018, 2019 e 2020, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Os investimentos programados para 2018, 2019 e 2020 para as infraestruturas e equipamentos associados ao abastecimento de água correspondem à realização dos investimentos programados para o quinquénio 2016-2020 e que têm como objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento “em alta” tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos nalgumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas.

Na componente tratamento de Águas Residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários à resolução de situações de contencioso comunitário, ou de efetivo risco de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas.



Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Real 2016	Real 2017	Orçamento 2018	Previsão 2019	Previsão 2020	Variação R17 / R16	Variação O18 / R17	Variação P19 / O18	Variação P20 / P19
Investimento em Abastecimento de Água									
Empreitada	2,453	2,172	20,548	23,791	21,262	-11%	846%	16%	-11%
Estudos	0,125	0,688	0,075	0,075	0,075	450%	-89%	0%	0%
Fiscalização	0,205	0,181	0,646	0,514	0,508	-12%	257%	-20%	-1%
Expropriações	0,040	0,204	0,101	0,120	0,109	410%	-50%	19%	-9%
Terrenos	0,248	0,142	0,181	0,074	0,196	-43%	27%	-59%	165%
Assessorias /outros	0,184	0,285	0,300	0,000	0,000	55%	5%	-100%	0%
Total Investimento em Abastecimento de Água	3,255	3,672	21,851	24,574	22,150	13%	495%	12%	-10%
Investimento em Saneamento de Águas Residuais									
Empreitada	1,322	4,569	9,278	8,095	8,619	246%	103%	-13%	6%
Estudos	0,047	0,076	0,000	0,000	0,000	62%	-100%	0%	0%
Fiscalização	0,013	0,192	0,275	0,212	0,215	1377%	43%	-23%	1%
Expropriações	0,004	0,001	0,000	0,000	0,000	-75%	-100%	0%	0%
Terrenos	0,068	0,101	0,076	0,027	0,046	49%	-25%	-64%	70%
Assessorias /outros	0,132	0,162	0,600	0,000	0,000	23%	270%	-100%	0%
Total Investimento em Saneamento de Águas Residuais	1,586	5,101	10,229	8,334	8,880	222%	101%	-19%	7%
TOTAL	4,841	8,773	32,080	32,908	31,030	81%	266%	3%	-6%



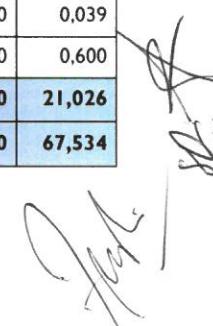
1.2. Desagregação e Calendarização do Investimento

O quadro seguinte desagrega e calendariza o investimento previsto pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Código	Descrição do investimento	Ano de inicio	Valor realizado acumulado	Realização até Dez n-1	Realização no triénio			Realização após	Valor global previsto
					n	n+1	n+2		
Investimento em Sistemas de Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
1	Reabilitação das captações subterrâneas de Igrejinha (Arraiolos) e Escoural (Montemor-o-Novo)	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,130	0,000	0,070	0,000	0,200
2	Adução a Vidigueira - Conduta Adutora Vidigueira Alcaria da Serra	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,310	0,125	0,000	0,000	0,435
3	Remodelação da ETA do Roxo	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,868	1,087	0,000	0,000	1,955
4	Captação, ETA do Enxoé, EE1 e EE2-GS5 - Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,635	2,813	1,402	0,000	4,850
5	Adução a Moura - Adutora Enxoé-Machados (Moura) e Reservatório de Pias - GS1 -Adução Eixo Serpa - Moura	A iniciar em 2018	0,000	0,000	1,575	0,925	0,000	0,000	2,500
6	Adução à Amareleja - 2ª Fase (Safara - Amareleja) - GS6b	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,277	0,233	0,000	0,000	0,510
7	Adução a Barrancos e Sto Aleixo - GS3	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,597	1,153	0,000	0,000	1,750
8	Adução a Castro Verde, Entradas, A- do -Corvo, Monte dos Mestres - MR2 - Reforço da Adução a Castro Verde	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,912	1,988	0,000	0,000	2,900
9	Adução Guedelhas, Tem. Viuvas, S. Pedro de Sólis (Via Almodôvar), Adução a Ald. Panheiros Via Ourique - MR3 - Expansão em Ourique e Almodôvar	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,317	1,233	0,000	0,000	1,550
10	Adução a Via Glória, Penedos, Góis e S.M. Pinheiro (Via S. P. de Sólis) - MR4 - Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,887	2,513	0,000	0,000	3,400
11	Adução a Açor de Cima via Corte Pequena, Algodor, Alcaria Ruiva, Corte da Velha e Corte Gafo de Cima (Via Mértola), Namorados, S. J. Caldeireiros, Penilhos e João Serra - GS4 - Adução Zona Mértola Noroeste	A iniciar em 2018	0,000	0,000	1,191	1,409	0,000	0,000	2,600
12	Adução a Lusianes Gare - SCV2	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,550	0,000	0,000	0,000	0,550
13	ALMI - Adução a VN Milfentes e Castelão	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,800	0,000	0,000	0,000	0,800
14	Adução a Amoreiras Gare, Amoreiras, Colos, V.Santiago, A.Amoreiras, Relíquias, Vale Ferro e Sta. Luzia - MRI - Adução à Zona Poente do Monte da Rocha	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,766	1,410	0,224	0,000	2,400
15	Expansão em Odemira - Ligação Milfentes - S Luis -ALM3	A iniciar em 2018	0,000	0,000	1,281	0,339	0,000	0,000	1,620
16	Adução ao Torrão e Adução Rio de Moinhos	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,050	1,150	0,200	0,000	1,400
17	RXP3 - Adução a Alvalade	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,614	1,186	0,000	0,000	1,800
18	RXP4 - Adução às zonas de Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas	A iniciar em 2018	0,000	0,000	2,206	0,094	0,000	0,000	2,300
19	GS2 - Reforço da adução ao Eixo Serpa-Mértola	Transita de 2017	0,141	0,141	0,819	0,040	0,000	0,000	1,000
20	Sistema da Magra - Adução do sistema da Magra	Transita de 2017	0,300	0,300	2,343	0,183	0,000	0,000	2,826

21	Sistema da Magra - ETA da Magra	Transita de 2017	0,327	0,327	3,422	0,850	0,000	0,000	4,599	
22	Projectos de Execução/Base dos Sistemas de AA	Transita de 2017	0,688	0,688	0,075	0,012	0,000	0,000	0,775	
23	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	Transita de 2017	0,204	0,204	0,101	0,079	0,109	0,000	0,493	
24	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	Transita de 2017	0,071	0,071	0,005	0,132	0,196	0,000	0,404	
25	Terrenos Subsistema Roxo Poente	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,047	0,035	0,000	0,000	0,082	
26	Terrenos Sistema Guadiana Sul	Transita de 2017	0,003	0,003	0,043	0,088	0,000	0,000	0,134	
27	Terrenos Sistema Monte da Rocha	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,086	0,157	0,000	0,000	0,243	
28	Fiscalização da construção dos Sistemas de AA	Transita de 2017	0,075	0,075	0,012	0,285	0,491	0,000	0,863	
29	Fiscalização Subsistema Santa Clara	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,017	0,016	0,000	0,000	0,033	
30	Fiscalização Subsistema Roxo Poente	Transita de 2017	0,041	0,041	0,102	0,066	0,000	0,000	0,209	
31	Fiscalização Sistema Guadiana Sul	Transita de 2017	0,006	0,006	0,207	0,147	0,010	0,000	0,370	
32	Fiscalização Sistema Monte da Rocha	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,181	0,165	0,007	0,000	0,353	
33	Fiscalização Subsistema Magra	Transita de 2017	0,059	0,059	0,115	0,047	0,000	0,000	0,221	
34	Fiscalização Subsistema Almograve	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,012	0,071	0,000	0,000	0,083	
35	Investimento de Substituição em Abastecimento de Água	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,300	0,000	0,000	0,000	0,300	
Total de Investimento em Sistemas de Abastecimento de Água				1,915	1,915	21,851	20,031	2,709	0,000	46,508

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado	Realização até Dez n-1	Realização no triénio			Realização após	Valor global previsto
					n	n+1	n+2		
Investimento em Sistemas de Saneamento e Águas Residuais (Milhões de euros)									
1	ETAR de Montemor-o-Novo	Transita de 2017	1,134	1,134	0,556	0,378	0,000	0,000	2,068
2	Sistema interceptor de Montemor-o-Novo	A iniciar em 2018	0,000	0,000	2,004	0,896	0,000	0,000	2,900
3	ETAR e sistema interceptor de Cuba	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,001	1,139	0,115	0,000	1,255
4	ETAR e sistema interceptor de Senhora de Aires (Viana do Alentejo)	Transita de 2017	0,055	0,055	0,281	0,065	0,000	0,000	0,401
5	ETAR de Beja	Transita de 2017	1,379	1,379	2,317	0,000	0,000	0,000	3,696
6	Obras de remodelação das ETAR e sistemas interceptores de Baleizão (Beja) e Sistema de Tratamento de Selmes 2 (Vidigueira)	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,075	0,095	0,000	0,000	0,170
7	Obras de remodelação da ETAR e sistema interceptor de São Luís (Odemira)	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,001	1,299	0,000	0,000	1,300
8	ETAR e sistema interceptor de S. Teotónio (Odemira)	Transita de 2017	0,152	0,152	1,502	0,080	0,000	0,000	1,734
9	ETAR e Emissário de Grândola	Transita de 2017	0,742	0,742	0,569	0,875	0,000	0,000	2,186
10	Sistema interceptor de Grândola	A iniciar em 2018	0,000	0,000	1,144	0,971	0,000	0,000	2,115
11	ETAR e sistema interceptor de Comporta (Alcácer do Sal)	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,739	0,272	0,017	0,000	1,028
12	ETAR de Amareleja (Moura)	Transita de 2017	0,275	0,275	0,088	0,009	0,000	0,000	0,372
13	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AR	Transita de 2017	0,101	0,101	0,004	0,000	0,046	0,000	0,151
14	Aquisição de terrenos ETAR e SI Montemor-o-Novo	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,072	0,100	0,000	0,000	0,172
15	Fiscalização da construção dos Sistemas de AR	Transita de 2017	0,017	0,017	0,020	0,108	0,215	0,000	0,360
16	Fiscalização ETAR e SI Montemor-o-Novo	Transita de 2017	0,062	0,062	0,087	0,019	0,000	0,000	0,168
17	Fiscalização ETAR Sra. Aires	Transita de 2017	0,007	0,007	0,014	0,000	0,000	0,000	0,021
18	Fiscalização ETAR SI Grândola	Transita de 2017	0,037	0,037	0,066	0,034	0,000	0,000	0,137
19	Fiscalização ETAR Beja	Transita de 2017	0,044	0,044	0,037	0,000	0,000	0,000	0,081
20	Fiscalização ETAR S. Teotónio	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,036	0,036	0,000	0,000	0,072
21	Fiscalização ETAR Amareleja	Transita de 2017	0,025	0,025	0,014	0,000	0,000	0,000	0,039
22	Investimento de Substituição em Saneamento	A iniciar em 2018	0,000	0,000	0,600	0,000	0,000	0,000	0,600
Total de Investimento em Sistemas de Saneamento de Águas Residuais					4,030	4,030	10,229	6,376	0,393
Total de Investimento					5,945	5,945	32,080	26,407	3,102
								0,000	67,534



I.3. Cobertura Financeira dos Investimentos (EVEF)

O Investimentos a realizar no triénio 2018 / 2020 encontram-se previstos nos Contratos de Parceria e de Gestão e respetivos aditamentos. Os contratos são suportados no Estudo de Viabilidade Económico e Financeira que se encontra anexo a estes, sendo este objeto de revisão quinquenal conforme previsto no respetivo contrato. A última revisão ocorreu em 2015, por ocasião do término do 1º período tarifário e assinatura dos Aditamentos aos contratos entre os Parceiros, nomeadamente Águas de Portugal, em representação do Estado Português, Câmaras Municipais que integram o SPPIA Alentejo e Agda – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

Pelo acima exposto, os investimentos previstos em sede de PAO2018 encontram-se contemplados no EVEF que suporta a Parceria, mostrando-se economicamente sustentáveis.

Acresce ao referido que no âmbito de candidaturas ao POSEUR foram ainda elaborados documentos de Análise de Custo Benefício para alguns projetos que pese embora se encontrem devidamente previstos em EVEF da Parceria, foi necessário evidenciar de forma individual a necessidade de financiamento a fundo perdido. Estes documentos são apresentados em anexo ao PAO2018.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realizaçāo n	Fontes de financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado		
				Fundos Comunit.		Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	Se não: diligências para aprovação?	
				Programa	(%)						
Investimento em Sistemas de Abastecimento de Água (Milhões de Euros)											
1	Reabilitação das captações subterrâneas de Igrejinha (Arraiolos) e Escoural (Montemor-o-Novo)	0,200	0,130		0%	100%	0%	Não	Sim		
2	Adução a Vidigueira - Conduta Adutora Vidigueira Alcaria da Serra	0,435	0,310		0%	100%	0%	Não	Sim		
3	Remodelação da ETA do Roxo	1,955	0,868	POSEUR-03-2012-FC-000760	85%	15%	0%	Não	Sim		
4	Captação, ETA do Enxoé, EEI e EE2-GS5 - Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	4,850	0,635	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Sim	Sim		
5	Adução a Moura - Adutora Enxoé-Machados (Moura) e Reservatório de Pias - GS1 -Adução Eixo Serpa - Moura	2,500	1,575	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim		
6	Adução à Amareleja - 2ª Fase (Safara - Amareleja) - GS6b	0,510	0,277	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim		
7	Adução a Barrancos e Sto Aleixo - GS3	1,750	0,597	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim		
8	Adução a Castro Verde, Entradas, A- do -Corvo, Monte dos Mestres - MR2 - Reforço da Adução a Castro Verde	2,900	0,912	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim		
9	Adução Guedelhas, Tem. Viuvas, S. Pedro de Sólis (Via Almodôvar), Adução a Ald. Panheiros Via Ourique - MR3 - Expansão em Ourique e Almodôvar	1,550	0,317	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim		
10	Adução a Via Glória, Penedos, Góis e S.M. Pinheiro (Via S. P. de Sólis) - MR4 - Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste	3,400	0,887	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim		



11	Adução a Açor de Cima via Corte Pequena, Algodor, Alcaria Ruiva, Corte da Velha e Corte Gafo de Cima (Via Mértola), Namorados, S. J. Caldeireiros, Penilhos e João Serra - GS4 - Adução Zona Mértola Noroeste	2,600	1,191	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim
12	Adução a Lusianes Gare - SCV2	0,550	0,550	POSEUR-03-2012-FC-000759	85%	15%	0%	Não	Sim
13	ALM1 - Adução a VN Milfontes e Castelão	0,800	0,800	POSEUR-03-2012-FC-000762	85%	15%	0%	Não	Sim
14	Adução a Amoreiras Gare, Amoreiras, Colos, V.Santiago, A.Amoreiras, Relíquias, Vale Ferro e Sta. Luzia - MRI - Adução à Zona Poente do Monte da Rocha	2,400	0,766	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim
15	Expansão em Odemira - Ligação Milfontes - S Luis -ALM3	1,620	1,281	POSEUR-03-2012-FC-000762	85%	15%	0%	Não	Sim
16	Adução ao Torrão e Adução Rio de Moinhos	1,400	0,050		0%	100%	0%	Não	Sim
17	RXP3 - Adução a Alvalade	1,800	0,614	POSEUR-03-2012-FC-000760	85%	15%	0%	Não	Sim
18	RXP4 - Adução às zonas de Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas	2,300	2,206	POSEUR-03-2012-FC-000760	85%	15%	0%	Não	Sim
19	GS2 - Reforço da adução ao Eixo Serpa-Mértola	1,000	0,819	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim
20	Sistema da Magra - Adução do sistema da Magra	2,826	2,343	POSEUR-03-2012-FC-000761	85%	15%	0%	Não	Sim
21	Sistema da Magra - ETA da Magra	4,599	3,422	POSEUR-03-2012-FC-000761	85%	15%	0%	Não	Sim
22	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AA	0,775	0,075		0%	100%	0%	Não	Sim
23	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	0,493	0,101		0%	100%	0%	Não	Sim
24	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	0,404	0,005		0%	100%	0%	Não	Sim
25	Terrenos Subsistema Roxo Poente	0,082	0,047	POSEUR-03-2012-FC-000760	85%	15%	0%	Não	Sim
26	Terrenos Sistema Guadiana Sul	0,134	0,043	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim
27	Terrenos Sistema Monte da Rocha	0,243	0,086	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim
28	Fiscalização da construção dos Sistemas de AA	0,863	0,012		0%	100%	0%	Não	Sim
29	Fiscalização Subsistema Santa Clara	0,033	0,017	POSEUR-03-2012-FC-000759	85%	15%	0%	Não	Sim
30	Fiscalização Subsistema Roxo Poente	0,209	0,102	POSEUR-03-2012-FC-000760	85%	15%	0%	Não	Sim
31	Fiscalização Sistema Guadiana Sul	0,370	0,207	POSEUR-03-2012-FC-000763	85%	15%	0%	Não	Sim
32	Fiscalização Sistema Monte da Rocha	0,353	0,181	POSEUR-03-2012-FC-000764	85%	15%	0%	Não	Sim
33	Fiscalização Subsistema Magra	0,221	0,115	POSEUR-03-2012-FC-000761	85%	15%	0%	Não	Sim
34	Fiscalização Subsistema Almograve	0,083	0,012	POSEUR-03-2012-FC-000762	85%	15%	0%	Não	Sim
35	Investimento de Substituição em Abastecimento de Água	0,300	0,300		0%	100%	0%	Não	Sim

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realizaçāo n	Fontes de financiamento			Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado		
				Fundos Comunit.	Programa	(%)		Auto-financiam . (%)	Endividamento (%)	sim/não
Investimento em Sistemas de Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)										
1	ETAR de Montemor-o-Novo	2,068	0,556	POSEUR-03-2012-FC-000022	85%	15%	0%	Não	Sim	
2	Sistema interceptor de Montemor-o-Novo	2,900	2,004	POSEUR-03-2012-FC-000022	85%	15%	0%	Não	Sim	
3	ETAR e sistema interceptor de Cuba	1,255	0,001		0%	100%	0%	Não	Sim	
4	ETAR e sistema interceptor de Senhora de Aires (Viana do Alentejo)	0,401	0,281	POSEUR-03-2012-FC-000024	85%	15%	0%	Não	Sim	
5	ETAR de Beja	3,696	2,317	POSEUR-03-2012-FC-000021	85%	15%	0%	Não	Sim	
6	Obras de remodelação das ETAR e sistemas interceptores de Baleizão (Beja) e Sistema de Tratamento de Selmes 2 (Vidigueira)	0,170	0,075		0%	100%	0%	Não	Sim	
7	Obras de remodelação da ETAR e sistema interceptor de São Luís (Odemira)	1,300	0,001		0%	100%	0%	Não	Sim	
8	ETAR e sistema interceptor de S. Teotónio (Odemira)	1,734	1,502	POSEUR-03-2012-FC-000043	85%	15%	0%	Não	Sim	
9	ETAR e Emissário de Grândola	2,186	0,569	POSEUR-03-2012-FC-000019	85%	15%	0%	Não	Sim	
10	Sistema interceptor de Grândola	2,115	1,144	POSEUR-03-2012-FC-000019	85%	15%	0%	Não	Sim	
11	ETAR e sistema interceptor de Comporta (Alcácer do Sal)	1,028	0,739		0%	100%	0%	Não	Sim	
12	ETAR de Amareleja (Moura)	0,372	0,088	POSEUR-03-2012-FC-000020	85%	15%	0%	Não	Sim	
13	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AR	0,151	0,004		0%	100%	0%	Não	Sim	
14	Aquisição de terrenos ETAR e SI Montemor-o-Novo	0,172	0,072	POSEUR-03-2012-FC-000022	85%	15%	0%	Não	Sim	
15	Fiscalização da construção dos Sistemas de AR	0,360	0,020		0%	100%	0%	Não	Sim	
16	Fiscalização ETAR e SI Montemor-o-Novo	0,168	0,087	POSEUR-03-2012-FC-000022	85%	15%	0%	Não	Sim	
17	Fiscalização ETAR Sra. Aires	0,021	0,014	POSEUR-03-2012-FC-000024	85%	15%	0%	Não	Sim	
18	Fiscalização ETAR SI Grândola	0,137	0,066	POSEUR-03-2012-FC-000019	85%	15%	0%	Não	Sim	
19	Fiscalização ETAR Beja	0,081	0,037	POSEUR-03-2012-FC-000021	85%	15%	0%	Não	Sim	
20	Fiscalização ETAR S. Teotónio	0,072	0,036	POSEUR-03-2012-FC-000043	85%	15%	0%	Não	Sim	
21	Fiscalização ETAR Amareleja	0,039	0,014	POSEUR-03-2012-FC-000020	85%	15%	0%	Não	Sim	
22	Investimento de Substituição em Saneamento	0,600	0,600		0%	100%	0%	Não	Sim	



I.4. Identificação dos Novos Investimentos cujo montante total seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10 % do Orçamento da empresa para o ano de 2018 ^(I).

No quadro seguinte são identificados os Novos Investimentos (que se iniciam em 2018) incluídos em Plano de Investimento, com cobertura no EVEF que suporta os Contatos de Parceria, de Gestão e respetivos aditamentos, de valor igual ou superior a 10 milhões de euros ou a superior a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2018. Para cálculo do valor foi considerado o valor do investimento previsional para 2018, e o orçamento de exploração (CMVMC + FSE + GP + OGO) cujo total se cifra em 44,256 M€. Deste facto são apresentados os Novos Investimentos de valor superior a 4,426M€.

Código	Descrição do investimento	Memória descriptiva	Objetivos a atingir	Indicadores económico-financeiros	Outros indicadores de acompanhamento
4	Captação, ETA do Enxoé, EEI e EE2-GS5 - Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	Anexo I	Anexo I	Anexo I	Anexo I

- ^(I) Considera-se Investimento relevante ou “com expressão material” o investimento não figura no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10M€ ou a 10% do investimento orçamentado e do orçamento de exploração “cash” (CMVMC+FSE+GP+OGO) calculado da seguinte forma:

Cálculo do valor do Investimento relevante:	Valor (M€)
Investimento	32,080 €
CMVMC	0,661 €
FSE	8,405 €
GP	3,039 €
OGP	0,071 €
Total	44,256 €
10% do Orç de investimento. + Orç de exploração	4,426 €



I.5. Memória descritiva dos Novos Investimentos, Plano Financeiro Plurianual, Objetivos a atingir e Indicadores Financeiros e Operacionais

O Plano de Investimentos da AgdA tem por objetivo a resolução de problemas há muito identificados na região do SPPIA Alentejo. A sua execução visa a melhoria da qualidade de água para abastecimento público bem como a resolução de processos contencioso comunitário.

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos e realizados no âmbito dos contratos de parceria celebrados entre o Estado Português e a Associação de Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental. A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes e de quaisquer outros encontra-se pois assegurada de forma global nos próprios contratos de parceria e de gestão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económico Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos os investimentos e as respetivas formas de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de "cost-plus", permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Nos contratos de parceria e de gestão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às OT a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

De referir ainda que, as entidades gestoras dos sistemas são ambientalmente e económicamente reguladas, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) e por uma Comissão de Parceria.

Atendendo a que os Novos Investimentos se encontram incluídos e agrupados em sistemas cujos projetos de investimento foram submetidos e aprovados pelo POSEUR para efeitos de apoios comunitários, envia-se em anexo ao presente Plano de Atividades e Orçamento a candidatura apresentada ao POSEUR que inclui memória descritiva, o plano financeiro plurianual com os gastos e réditos previstos garantindo a sua sustentabilidade, os objetivos a atingir, de forma calendarizada e indicadores financeiros e operacionais que permitam o acompanhamento e monitorização da implementação desses investimentos.

➔ Melhoria da Qualidade de Abastecimento de Água no Sistema do Guadiana Sul (Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000763)

O Investimento comprehende oito componentes físicas principais, devidamente integradas e articuladas entre si constituindo um sistema em alta dotado de autonomia funcional, sendo que este sistema não ficará com ligação a qualquer outro da AgdA, ou dos municípios de Serpa, Moura, Mértola e Barrancos, constituindo-se como um Sistema autónomo:

- i. Construção das condutas de Adução ao eixo Serpa - Moura;
- ii. Reforço da adução ao eixo Serpa -Mértola;
- iii. Construção das condutas de Adução a Barrancos e a Santo Aleixo;
- iv. Construção das condutas de Adução à zona Mértola Noroeste;
- v. **Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé; (Novo Investimento de valor superior a 10%)**
- vi. Construção das condutas de Adução à Amareleja - 1^a fase;
- vii. Construção das condutas de Adução à Amareleja - 2^a fase;
- viii. Reabilitação das captações de Fonte da Telha e Horta dos Banhos.

O Investimento visa a melhoria da qualidade de água para consumo humano em zonas de abastecimento ainda com problemas e ao promover a integração de pequenos sistemas com recurso a origem de água fiável, de modo a garantir de forma sustentada água para consumo humano em quantidade e qualidade de acordo com os requisitos da legislação em vigor e comprehende a construção das condutas de abastecimento, reservatórios e estações elevatórias, que garantirão o alargamento do Subsistema ao município de Barrancos, bem como a toda a zona Noroeste do município de Mértola. O Investimento irá permitir a resolução dos problemas de quantidade e de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo sistema do Guadiana Sul.

I.6. Variação do Endividamento

O quadro seguinte contempla a variação do endividamento previsto pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Variação do Endividamento	Unidade: M€	Orçamento	Real	Variação
		2018	2017	2018/2017
(1) Financiamento Remunerado		49,384	50,923	-1,538
(2) Capital Social		6,631	4,815	1,816
(3) Novos investimentos*		0,635		
(4) Variação do Endividamento = [(Variação (1)+Variação(2)-(3)2018]/[(1)2017+(2)2017]				-0,64%

* Foram considerados como novos investimentos os investimentos a iniciar em 2018, conforme capítulo 1.3, e valor total superior a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2018, ou seja, investimentos superiores a 4,425M€, conforme nota 1.5.

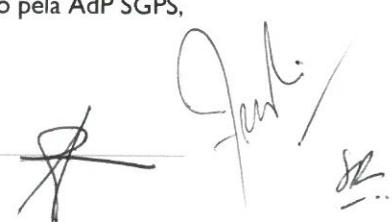
Para 2018 a AgdA prevê que a execução do investimento programado seja financiada essencialmente através de fundos comunitários já contratados com o POSEUR em 85% bem como pelo aumento de capital social em 1,816 milhões de euros a realizar em 2018.

Em paralelo, estima-se uma redução do valor global do endividamento decorrente da melhoria dos prazos médios de recebimento dos Municípios e da concretização da cedência de alguns acordos de pagamento celebrados com os Municípios para regularização de dívidas passadas.

O Conselho de Administração da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. irá propor à Assembleia-Geral a validação das responsabilidades totais da empresa, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo** para o ano de 2018, relativamente a contratos de financiamento estimados em 55 milhões de euros, e que autorize uma utilização máxima estimada de 51,963 milhões de euros, que corresponde ao valor mensal de endividamento mais elevado ao longo do ano de 2018, apesar da previsão de fecho se situar em 49,384 milhões de euros como consta do quadro anterior.

Apesar da indicação do endividamento financeiro total (bruto) estimado para o ano de 2018 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., importa ter presente que a AdP SGPS, tem solicitado nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividade assenta no princípio que em 2018 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, SA, e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.



1.7. Priorização dos Investimentos

Atendendo à criticidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do SPPIA Alentejo, quer em termos de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes rejeitados, quer em termos de fiabilidade, os investimentos previstos realizar no triénio 2018 / 2020 encontram-se maioritariamente candidatados e aprovados pelo POSEUR.

Importa referir que nas candidaturas apresentadas encontram-se definidas as metas para cada projeto sendo de destacar a melhoria dos sistemas em termos de quantidade e qualidade bem como o aumento de cobertura e disponibilidade de serviço. É ainda de referir que as atuais infraestruturas de saneamento cujo plano de investimento prevê intervenção no curto prazo, apresentam processos de contencioso comunitário que só poderão ser solucionados com a realização do investimento programado.

Para o planeamento dos investimento a AgdA elabora uma análise de risco para priorização cuja metodologia avalia as consequências da não realização dos investimentos empreitadas e da probabilidade dessas virem a ocorrer.

Relativamente às consequências, consideram-se as seguintes dimensões:

- ➔ Qualidade da água (tratamento AA);
- ➔ Quantidade de água;
- ➔ Impacto ambiental (tratamento e descargas AR);
- ➔ Continuidade de serviço (falhas de serviço AA/AR);
- ➔ Eficiência (energia, controlo de perdas e afluências indevidas, processos internos);
- ➔ Condição de infraestruturas;
- ➔ Proteção e segurança dos trabalhadores e terceiros;
- ➔ Reputação;
- ➔ Cumprimento legal;

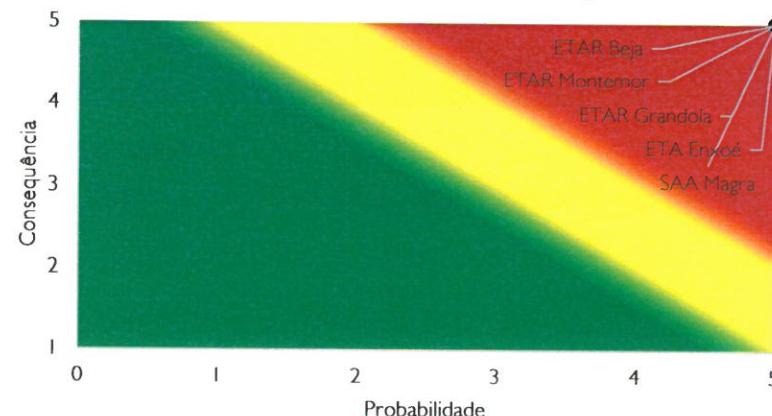
No que diz respeito à probabilidade, a escala de avaliação é a seguinte:

P (Provisões)	FL (Futuro - Longo Prazo)	FC (Futuro - Curto Prazo)	A (Atual)	AP (Atual Prioritário)
1	2	3	4	5
(^{oo})	≥ 3 anos	[1 a 3 anos[[Atual/ < 1 ano[[Atual/ < 1 ano[, identificado como prioritário

Atendendo ao facto de que o plano de investimentos da AgdA para o triénio de 2018 / 2020 é elevado, foram selecionados os cinco maiores investimentos da AgdA, designadamente: ETAR e Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo, ETAR de Beja, ETAR e Sistema Intercetor Grândola, Captação, ETA do Enxoé, EE1 e EE2-GS5 - Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé e ETA e Sistema de Adução da Magra para os quais a seguir se apresenta a matriz de análise de risco para priorização:

Designação do investimento	Designação reduzida	Estimativa da população servida	Estimativa do valor total da empreitada (M€)	Motivo - Justificação do investimento	Implicações	Temporalidade do impacto	Impacto	Probabilidade	Consequência
ETAR de Beja	ETAR Beja	31 060	3,980	Incumprimento legal - A operação visa a resolução do contencioso comunitário existente referente ao incumprimento da DARU.	Incumprimento legal e rejeição de efluentes não tratados	Atual prioritária	Incumprimento legal (incluindo compromissos com entidades do estado - PGRH)	5	5
ETAR e SI de Montemor-o-Novo	ETAR Montemor	10 250	4,968	Incumprimento legal - A operação visa a resolução do contencioso comunitário existente referente ao incumprimento da DARU.	Incumprimento legal e rejeição de efluentes não tratados	Atual prioritária	Incumprimento legal (incluindo compromissos com entidades do estado - PGRH)	5	5
ETAR e SI de Grândola	ETAR Grândola	8 228	4,301	Incumprimento legal - A operação visa garantir o cumprimento da DARU.	Incumprimento legal e rejeição de efluentes não tratados	Atual prioritária	Incumprimento legal (incluindo compromissos com entidades do estado - PGRH)	5	5
Captação, ETA do Enxoé, EE1 e EE2-GS5 - Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	ETA Enxoé	34 196	4,850	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Subsistema do Guadiana Sul.	Qualidade da Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5
ETA e Sistema de Adução da Magra	SAA Magra	30 142	7,425	Incumprimento legal / Capacidade instalada insuficiente - Urgência na resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Subsistema da Magra.	Qualidade da Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5

Análise de risco dos investimentos da AgdA



1.8. Financiamento do Investimento

O quadro seguinte contempla o financiamento do investimento previsto pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para o ano de 2018, 2019 e 2020, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Financiamento do Investimento	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
						R17 / RI6	O18 / R17	P19 / O18	P20 / P19
<i>Unidade: M€</i>	2016	2017	2018	2019	2020				
BEI	0	0	0	0		0%	0%	0%	0%
Banca Comercial	0	0	0	0		0%	0%	0%	0%
Fundos Comunitários	4,115	8,773	27,268	27,972	26,376	113%	211%	3%	-6%
Autofinanciamento	0,726	0,000	2,997	2,513	4,655	-100%	0%	-16%	85%
Capital Próprio	0,000	0,000	1,815	2,423	0,000	100%	0%	33%	-100%
TOTAL	4,841	8,773	32,080	32,908	31,030	81%	266%	3%	-6%

É expectável que o investimento orçamentado para 2018 seja financiado pela obtenção de fundos comunitários já contratualizados com o POSEUR no âmbito do quadro Portugal 2020, pela recuperação de créditos vencidos, pela gestão centralizada da tesouraria do Grupo AdP dos empréstimos da banca comercial e consequente otimização às necessidades das suas empresas e pelo aumento do Capital Social previsto em EVEF da Parceria no período em referência.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018

2.1 BALANÇO PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se o Balanço Previsional previsto pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para os anos de 2018, 2019 e 2020, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Balanço Previsional	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
	2016	2017	2018	2019	2020	R17 / R16	O18 / R17	P19 / O18	P20 / P19
Ativos não correntes									
Ativos intangíveis	82 884 121	90 186 316	122 697 450	159 797 708	172 898 632	9%	36%	30%	8%
Investimentos Financeiros	1 366	2 441	2 084	0	0	79%	-15%	-100%	0%
Impostos diferidos ativos	1 734 935	2 128 376	2 889 646	3 225 948	3 454 376	23%	36%	12%	7%
Desvio de Recuperação de Gastos	0	0	0	121 979	0	0%	0%	100%	-100%
Clientes e outros ativos não correntes	5 742 143	2 872 924	3 162 997	0	0	-50%	10%	-100%	0%
Total dos ativos não correntes	90 362 564	95 190 058	128 752 177	163 145 634	176 353 008	5%	35%	27%	8%
Ativos correntes									
Inventários	97 901	99 859	103 347	86 093	85 995	2%	3%	-17%	0%
Clientes	7 504 645	9 164 304	5 458 935	4 815 872	4 887 739	22%	-40%	-12%	1%
Estado e outros entes públicos	1 277 757	758 774	345 200	1 203 517	1 094 688	-41%	-55%	249%	-9%
Outros ativos correntes	5 189 307	8 226 210	7 852 156	5 149 365	3 362 039	59%	-5%	-34%	-35%
Caixa e seus equivalentes	653 567	856 183	503 600	247 560	250 543	31%	-41%	-51%	1%
Total dos ativos correntes	14 723 177	19 105 330	14 263 237	11 502 407	9 681 003	30%	-25%	-19%	-16%
Total do ativo	105 085 742	114 295 388	143 015 413	174 648 041	186 034 011	9%	25%	22%	7%



Balanço Previsional	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
	2016	2017	2018	2019	2020	R17 / R16	O18 / R17	P19 / O18	P20 / P19
Unidade: Euros									
Capital Próprio									
Capital social	3 000 000	4 815 000	6 630 600	9 053 795	9 053 795	61%	38%	37%	0%
Reservas e outros ajustamentos	19 034	30 211	41 253	574 893	881 455	59%	37%	1294%	53%
Resultado líquido do exercício	223 541	221 663	322 923	698 957	700 591	-1%	46%	116%	0%
Total do Capital próprio	3 242 574	5 066 874	6 994 776	10 327 645	10 635 841	56%	38%	48%	3%
Passivos não correntes									
Empréstimos	41 772 727	49 545 182	40 863 635	43 000 000	43 000 000	19%	-18%	5%	0%
Fornecedores e outros passivos não correntes	2 202 748	1 142 219	1 682 320	624 777	0	-48%	47%	-63%	-100%
Impostos diferidos passivos	1 035 621	1 373 305	2 087 984	1 658 441	1 646 256	33%	52%	-21%	-1%
Acréscimos de gastos de investimento contratual	1 986 736	3 447 957	5 389 998	5 544 843	4 087 304	74%	56%	3%	-26%
Subsídios ao investimento	36 870 972	42 731 666	66 087 850	90 849 263	100 007 558	16%	55%	37%	10%
Desvio tarifário passivo de recuperação de custos	52 597	389 048	847 269	0	28 810	640%	118%	-100%	100%
Total dos passivos não correntes	83 921 401	98 629 376	116 959 056	141 677 324	148 769 928	18%	19%	21%	5%
Passivos correntes									
Empréstimos	10 110 289	1 377 545	8 520 673	13 773 649	18 447 992	-86%	519%	62%	34%
Fornecedores	5 133 966	6 422 736	7 832 088	2 038 424	2 053 520	25%	22%	-74%	1%
Outros passivos correntes	2 220 591	2 322 039	2 599 838	6 196 851	5 497 577	5%	12%	138%	-11%
Estado e outros entes públicos	456 920	476 816	108 981	634 146	629 153	4%	-77%	482%	-1%
Total do passivo corrente	17 921 766	10 599 137	19 061 581	22 643 071	26 628 242	-41%	80%	19%	18%
Total do passivo	101 843 167	109 228 514	136 020 637	164 320 396	175 398 170	7%	25%	21%	7%
Total do passivo e do capital próprio	105 085 742	114 295 388	143 015 413	174 648 041	186 034 011	9%	25%	22%	7%

Relativamente ao balanço previsional entende-se ser de referir no que respeita aos ativos intangíveis o acréscimo de valor orçamentado para 2018 corresponde ao resultado dos investimentos programados e o valor dos clientes e outros ativos não correntes corresponde ao montante dos acordos de pagamento plurianuais celebrados com os Municípios e vencíveis após 2019, sendo que o valor a cobrar em 2018 por conta destes está plasmado na rubrica de ativos correntes- clientes. Por sua vez o montante orçamentado como outros ativos correntes reflete, no essencial, o valor das comparticipações do POSEUR a receber por conta das candidaturas a Fundos Comunitários relativas a investimentos.

A AgdA prevê para 2018 a utilização do financiamento de médio prazo contratado com a AdP e a redução da dívida de curto prazo contraída junto da Banca Comercial conforme se evidencia nas rubricas empréstimos do Passivo Não Corrente e Corrente, respetivamente. Importa referir que a redução da rubrica de empréstimos está diretamente relacionada com a redução da dívida de clientes em Ativo.

2.1.1 BALANÇO PREVISIONAL 2018 POR TRIMESTRES

Balanço Previsional Trimestral (Ativo)		Orçamento			
	Unidade: Euros	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2018	4º Trimestre 2018
Ativos não correntes					
Ativos intangíveis		100 574 587	107 539 938	115 781 904	122 697 450
Investimentos Financeiros		2 084	2 084	2 084	2 084
Impostos diferidos ativos		2 307 110	2 503 975	2 816 445	2 889 646
Desvio de Recuperação de Gastos				0	0
Clientes e outros ativos não correntes		5 298 274	4 495 732	3 787 276	3 162 997
Total dos ativos não correntes		108 182 055	114 541 729	122 387 709	128 752 177
Ativos correntes					
Inventários		91 144	120 362	117 999	103 347
Clientes		5 628 332	5 686 389	6 378 556	5 458 935
Estado e outros entes públicos		249 340	272 344	428 492	345 200
Outros ativos correntes		7 426 158	7 403 904	8 563 528	7 852 156
Caixa e seus equivalentes		503 600	503 600	503 600	503 600
Total dos ativos correntes		13 898 574	13 986 599	15 992 175	14 263 237
Total do ativo		122 080 629	128 528 328	138 379 884	143 015 413

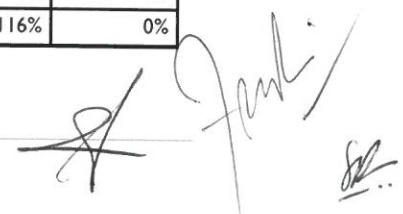

 Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, are placed over the bottom right corner of the page.

Balanço Previsional Trimestral (Capital Próprio e Passivo)		Orçamento			
Unidade: Euros		1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2018	4º Trimestre 2018
Capital Próprio					
Capital social		4 815 300	4 815 300	4 815 300	6 630 600
Reservas e outros ajustamentos		41 253	41 253	41 253	41 253
Resultados transitados		0	0	0	0
Resultado líquido do exercício		72 743	146 294	220 653	322 923
Total do Capital próprio		4 929 296	5 002 847	5 077 206	6 994 776
Passivos não correntes					
Empréstimos		49 090 908	49 090 908	48 863 635	40 863 635
Fornecedores e outros passivos não correntes		1 682 320	1 682 320	1 682 320	1 682 320
Impostos diferidos passivos		1 596 685	1 756 868	1 948 225	2 087 984
Acréscimos de gastos de investimento contratual		4 241 915	4 859 915	5 581 743	5 389 998
Subsídios ao investimento		48 584 811	53 882 736	60 219 163	66 087 850
Desvio tarifário passivo de recuperação de custos		346 144	518 363	991 539	847 269
Total dos passivos não correntes		105 542 783	111 791 110	119 286 625	116 959 056
Passivos correntes					
Empréstimos		1 740 808	2 258 803	3 099 396	8 520 673
Fornecedores		808 470	898 966	967 773	7 832 088
Outros passivos correntes		8 872 947	8 367 530	9 792 721	2 599 838
Estado e outros entes públicos		186 326	209 072	156 161	108 981
Total do passivo corrente		11 608 550	11 734 371	14 016 052	19 061 581
Total do passivo		117 151 333	123 525 481	133 302 677	136 020 637
Total do passivo e do capital próprio		122 080 629	128 528 328	138 379 884	143 015 413

2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração de Resultados por Natureza Previsional da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para 2018, 2019 e 2020, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Demonstração de Resultados	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
	2016	2017	2018	2019	2020	R17 / R16	O18 / R17	P19 / O18	P20 / P19
Unidade: Euros									
Vendas	10 834 559	11 126 411	11 325 001	11 063 220	11 245 583	3%	2%	-2%	2%
Prestações de serviços	2 428 107	3 088 287	3 476 186	7 372 724	7 465 372	27%	13%	112%	1%
Rendimentos de serviços de construção	5 608 615	9 785 290	32 080 000	32 908 000	31 030 000	74%	228%	3%	-6%
Défice/Superavit tarifário de recuperação de custos	-52 597	-336 451	-392 501	-172 867	-150 789	540%	17%	-56%	-13%
Volume de Negócios	18 818 684	23 663 537	46 488 685	51 171 077	49 590 165	26%	96%	10%	-3%
Custo das vendas/Variação dos inventários	716 698	826 451	661 070	1 047 464	1 354 092	15%	-20%	58%	29%
Gastos de serviços de construção	5 608 615	9 785 290	32 080 000	32 908 000	31 030 000	74%	228%	3%	-6%
Margem Bruta	12 493 371	13 051 796	13 747 616	17 215 613	17 206 073	4%	5%	25%	0%
Fornecimentos e serviços externos	8 263 743	8 662 178	8 404 605	8 641 821	8 411 568	5%	-3%	3%	-3%
Gastos com pessoal	2 531 454	2 680 286	3 038 867	3 137 816	3 203 404	6%	13%	3%	2%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	3 837 269	3 944 315	4 714 638	6 132 791	6 110 374	3%	20%	30%	0%
Subsídios ao investimento	2 441 601	2 648 991	2 735 609	2 863 749	2 819 725	8%	3%	5%	-2%
Outros gastos e perdas operacionais	87 022	114 013	71 476	81 391	94 946	31%	-37%	14%	17%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	706 746	641 339	367 555	0	0	-9%	-43%	-100%	#DIV/0!
Resultados operacionais	922 230	941 334	621 193	2 085 542	2 205 507	2%	-34%	236%	6%
Gastos financeiros	1 064 572	1 066 898	780 956	1 153 985	1 219 654	0%	-27%	48%	6%
Rendimentos financeiros	445 972	349 249	528 762	0	0	-22%	51%	-100%	#DIV/0!
Resultados financeiros	-618 600	-717 650	-252 194	-1 153 985	-1 219 654	16%	-65%	358%	6%
Resultados antes de impostos	303 630	223 684	368 999	931 557	985 853	-26%	65%	152%	6%
Imposto do exercício	25 848	57 779	105 114	532 993	525 875	124%	82%	407%	-1%
Imposto diferido	54 241	-55 757	-59 038	-300 393	-240 614	-203%	6%	409%	-20%
Resultado líquido do exercício operações continuadas	223 541	221 663	322 923	698 957	700 591	-1%	46%	116%	0%
Resultado líquido do exercício	223 541	221 663	322 923	698 957	700 591	-1%	46%	116%	0%
Atribuível a acionistas da ADP SGPS	114 006	113 048	164 691	356 468	357 302	-1%	46%	116%	0%
Atribuível a interesses minoritários	109 535	108 615	158 232	342 489	343 290	-1%	46%	116%	0%



Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para 2018 e previstas em Contrato de Gestão da AgdA sustentado em Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade.

Não foram previstos eventos sem repetição que em 2018 possam traduzir impactos financeiros materiais plasmados no Balanço e Demonstração de Resultados.

O volume de negócios previsto para 2018, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao de 2016 e de 2017 em resultado da aplicação da tarifa do serviço de tratamento de águas residuais prestado pelas instalações novas, reabilitadas ou intervencionadas. Em relação à venda de água o aumento resulta da atualização da tarifa pelo Índice de Produtividade de Fatores, conforme previsto em Contrato de Gestão, não sendo esperável grandes variações ao nível dos volumes previstos fornecer em 2018, pese embora o facto de os Municípios efetuarem alguns investimentos na redução de perdas o que conjugadamente com um não acréscimo de população, leve a estimar que os volumes de água a fornecer venham a ficar ligeiramente abaixo dos verificados em 2016 e 2017.

Prevê-se que o custo das vendas reduza comparativamente com os montantes verificados em 2017, pelo facto de em 2017 ter sido necessário efetuar a reposição dos níveis da Albufeira do Roxo por estes se apresentarem muito baixos, condicionando os processos de tratamento em disponíveis e a qualidade da água tratada, tendo-se adquirido de água bruta à EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva o que originou um aumento do custo em 2017 em cerca de 100 mil euros.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) prevista para 2018 representa uma redução quando comparada com o ano de 2017 em resultado do facto de 2017 ter sido um ano particularmente seco, o que levou à necessidade de transportar água por autotanque para abastecimento de água a algumas regiões. Prevê-se que em 2018 esta situação venha a ser atenuada refletindo uma redução da rubrica.

Conforme anteriormente referido, a execução do plano de investimentos tem como objetivo a melhoria do serviço prestado podendo deste facto haver lugar a um aumento dos gastos em detrimento da melhoria de serviço que se pretende alcançar, pese embora devidamente planeados e ponderados na acessão da melhoria do sistema. Como exemplo podemos referir que para o tratamento de águas residuais, em algumas localidades, estão a ser adotadas soluções de tratamento por lamas ativadas com sistema de espessamento de lamas que têm custos de operação e manutenção significativamente maiores do que os decorrem da operação de uma ETAR de lagunagem simples, razão pela qual os custos de subcontratos (outsourcing) aumentam comparativamente com os custos de operação dos sistemas municipais herdados pela AgdA e nos quais foi necessário intervir por incumprimentos legais face à incapacidade de tratamento dessas instalações.

De referir ainda que, com a execução do plano de investimentos aumenta a necessidade de manutenção das infraestruturas, situação que foi prevista com o recurso a contratos de prestação de serviço em outsourcing face às restrições atuais na contratação de pessoal e aquisição de viaturas.

Acresce ao referido que na sequência do concurso público efetuado em 2017 para aquisição de energia, o valor unitário sofreu aumentos que chegaram aos 13%, tendo-se traduzido, no caso da AgdA, num aumento médio esperado para 2018 de 6,18%, pese embora os esforços efetuados no sentido de reduzir os consumos em atividade comparável. A redução prevista na rubrica de “transportes de mercadorias” decorre do facto de em 2015, 2016 e 2017 se terem verificado anos particularmente secos o que implicou escassez de água nas origens tradicionais com o consequente recurso a transportes de água como forma de garantir o abastecimento nalguns aglomerados do Sistema sob responsabilidade AgdA, situação que se prevê ser atenuada em 2018 com a execução dos investimentos programados. Com a realização de alguns investimentos programados, prevê-se que seja possível garantir o abastecimento de água através de captações superficiais a alguns aglomerados que até então eram abastecidos por sistemas autónomos que não garantiam a continuidade do abastecimento.

Entende-se dever destacar que para 2018 se prevê que se continuem a verificar desvios tarifários positivos (superavit) à semelhança do que tem ocorrido nos anos passados o que demonstra que os proveitos totais são suficientes para cobrirem a totalidade dos custos incluindo a remuneração acionista, e evidencia a sustentabilidade da Empresa.

No que concerne à remuneração acionista importa salientar que nos termos dos Contratos de Parceria e de Gestão a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que para 2018 não se prevê que venham a ocorrer fatores que reduzam o risco do capital social investido, foi mantido para 2018 o prémio de risco de 3 pontos percentuais. Importa referir que a remuneração acionista aumenta em 2018 em resultado da variação do capital próprio, pese embora se preveja uma redução da taxa OT em 0,1%.

2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL 2018 POR TRIMESTRES

Demonstração de Resultados	Orçamento				Orçamento 2018
	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2018	4º Trimestre 2018	
Unidade: Euros					
Vendas	2 466 390	2 919 083	3 304 448	2 635 081	11 325 001
Prestações de serviços	732 258	882 058	1 016 704	845 166	3 476 186
Rendimentos de serviços de construção	7 341 323	7 574 141	8 986 356	8 178 180	32 080 000
Défice/Superavit tarifário de recuperação de custos	108 624	-172 219	-473 177	144 270	-392 501
Volume de Negócios	10 648 595	11 203 063	12 834 331	11 802 697	46 488 685
Custo das vendas/Variação dos inventários	138 087	165 455	196 910	160 618	661 070
Gastos de serviços de construção	7 341 323	7 574 141	8 986 356	8 178 180	32 080 000
Margem Bruta	3 169 185	3 463 467	3 651 065	3 463 899	13 747 616
Fornecimentos e serviços externos	1 855 550	2 092 702	2 449 002	2 007 351	8 404 605
Gastos com pessoal	809 495	809 495	610 381	809 495	3 038 867
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	950 741	1 226 790	1 466 217	1 070 890	4 714 638
Subsídios ao investimento	552 058	711 924	850 478	621 150	2 735 609
Outros gastos e perdas operacionais	20 898	16 836	19 202	14 540	71 476
Outros rendimentos e ganhos operacionais	91 889	91 889	91 889	91 889	367 555
Resultados operacionais	176 448	121 455	48 629	274 661	621 193
Gastos financeiros	209 987	198 680	189 422	182 868	780 956
Rendimentos financeiros	146 639	134 332	126 358	121 434	528 762
Resultados financeiros	-63 348	-64 348	-63 064	-61 434	-252 194
Resultados antes de impostos	113 099	57 107	-14 435	213 227	368 999
Imposto do exercício	8 158	20 238	32 319	44 399	105 114
Imposto diferido	32 199	-36 682	-121 113	66 558	-59 038
Resultado líquido do exercício operações continuadas	72 743	73 551	74 359	102 270	322 923
Resultado líquido do exercício	72 743	73 551	74 359	102 270	322 923
Atribuível a acionistas da ADP SGPS	37 099	37 511	37 923	52 158	164 691
Atribuível a interesses minoritários	35 644	36 040	36 436	50 112	158 232

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. para os anos de 2018, 2019 e 2020, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**:

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional <i>Unidade: Euros</i>	Real 2016	Real 2017	Orçamento 2018	Previsão 2019	Previsão 2020
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes	15 138 155	17 039 350	18 168 528	17 661 680	17 928 503
Pagamentos a fornecedores	11 877 714	-12 138 610	11 089 876	9 689 286	9 765 660
Pagamentos ao pessoal	1 560 458	-1 615 383	2 297 225	2 723 885	2 780 832
Fluxo gerado pelas operações	1 699 984	3 285 357	4 781 427	5 248 508	5 382 011
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	317 416	-53 203	-82 721	620 595	-532 993
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	1 340 127	2 248 406	3 140 975	3 351 122	3 236 445
Pagamentos segurança social	506 293	529 822	498 676	583 268	595 517
Pagamentos de outros impostos	563 481	591 091	983 478	81 391	94 946
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	587 769	1 074 290	1 576 099	2 065 868	2 012 989
Fluxo de atividades operacionais	2 287 753	4 359 647	6 357 526	7 314 376	7 395 000
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Subsídios de Investimento	1 918 993	8 932 474	25 480 433	17 000 741	13 277 936
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	1 918 993	8 932 474	25 480 433	17 000 741	13 277 936
Pagamentos respeitantes a:					
Subsídios de Investimento	2 176 453	0	0	0	0
Ativos intangíveis	5 920 992	12 518 239	30 904 502	25 846 215	23 065 414
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-8 097 445	-12 518 239	-30 904 502	-25 846 215	-23 065 414


 Three handwritten signatures are present in the bottom right corner of the page.

Fluxo das atividades de Investimento	-6 178 452	-3 585 765	-5 424 069	-8 845 474	-9 787 479
Atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	6 000 000	20 727 000	0	13 773 649	18 447 992
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0	1 815 000	1 815 300	2 423 195	0
Outros recebimentos de financiamento	0	0	0	0	0
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento	6 000 000	22 542 000	1 815 300	16 196 844	18 447 992
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos	1 860 962	14 804 270	454 546	12 622 905	13 773 649
Juros e gastos similares	1 721 272	1 213 615	1 012 610	1 747 558	1 886 486
Dividendos	139 038	212 363	199 318	287 272	392 396
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-3 721 272	-16 230 248	-1 666 474	-14 657 734	-16 052 531
Fluxo das atividades de financiamento	2 278 728	6 311 752	148 826	1 539 110	2 395 461
Variações de caixa e seus equivalentes	-1 611 972	7 085 634	1 082 283	8 013	2 983
Caixa e seus equivalentes no início do período	-4 617 478	-6 229 451	856 183	1 938 467	1 938 467
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-6 229 451	856 183	1 938 467	1 946 479	1 941 449

A AdP SGPS, tem solicitado nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividade assenta no princípio que em 2018 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, SA, e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

2.3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2018 POR TRIMESTRES

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional	Orçamento				Orçamento 2018
	Iº Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2018	4º Trimestre 2018	
Unidade: Euros					
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes	4 585 767	4 384 151	4 309 611	4 889 000	18 168 528
Pagamentos a fornecedores	2 319 128	2 685 055	3 180 028	2 905 664	11 089 876
Pagamentos ao pessoal	531 456	745 619	403 321	616 830	2 297 225
Fluxo gerado pelas operações	1 735 183	953 477	726 262	1 366 505	4 781 427
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0	82 721	0	0	82 721
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	915 356	804 228	703 459	717 932	3 140 975
Pagamentos segurança social	208 393	307 160	201 430	266 496	498 676
Pagamentos de outros impostos	84 680	99 323	179 199	135 473	983 478
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	622 283	315 023	322 830	315 963	1 576 099
Fluxo de atividades operacionais	2 357 466	1 268 500	1 049 092	1 682 468	6 357 526
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Subsídios de Investimento	6 102 450	6 031 734	6 026 913	7 319 337	25 480 433
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	6 102 450	6 031 734	6 026 913	7 319 337	25 480 433
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos intangíveis	7 579 794	7 411 397	7 431 585	8 481 727	30 904 502
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-7 579 794	-7 411 397	-7 431 585	-8 481 727	-30 904 502
Fluxo das atividades de Investimento	-1 477 344	-1 379 663	-1 404 672	-1 162 390	-5 424 069



Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	0	0	0	0	0	0
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0	0	0	1 815 300	1 815 300	
Outros recebimentos de financiamento	0	0	0	0	0	0
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento	0	0	0	1 815 300	1 815 300	
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	227 273	0	227 273	0	-454 546	
Juros e gastos similares	282 402	229 100	275 233	225 874	-1 012 610	
Dividendos	0	199 318	0	0	-199 318	
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-509 675	-428 418	-502 506	-225 874	-1 666 474	
Fluxo das atividades de financiamento	-509 675	-428 418	-502 506	1 589 426	148 826	
Variações de caixa e seus equivalentes	370 447	-539 581	-858 086	2 109 503	1 082 283	
Caixa e seus equivalentes no início do período	856 183	1 226 630	687 049	-171 037	856 183	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 226 630	687 049	-171 037	1 938 467	1 938 467	

As variações das rubricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente e de investimento projetada para 2018, não se prevendo variações significativas para além das variações clarificadas ao longo do documento Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

De referir no entanto que, conforme se poderá verificar na rubrica de pagamento de ativos intangíveis, o ano de 2018 será marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de gestão. Em contrapartida, a AgdA prevê receber o respetivo subsídio comunitário uma vez que se encontram celebrados os contratos de financiamento com o POSEUR.

É ainda de referir o recebimento da 2ª parte do aumento de capital subscrito em 2017, tendo sido definido que a realização seria efetuada através de chamadas a efetuar pelo Conselho de Administração, sendo que 50% seria realizado no quarto trimestre de 2017 e os restantes 50% no quarto trimestre de 2018. Os primeiros 50% foram realizados em 2017, conforme previsto, tendo sido projetado os restantes 50%.

3. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SEE

3.1 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado, integra o Grupo Águas de Portugal e no âmbito do Contrato de Gestão celebrado tem por objeto a exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo).

Os seus objetivos são integrados nos objetivos do Grupo AdP, os quais são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

Em 2017 iniciou-se o mandato em vigor para o atual Conselho que Administração tendo sido fixadas as orientações estratégicas gerais da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para o mandato de 2017/2019 na sequência da aprovação das orientações estratégicas que foram fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS.

Assim foram definidas as seguintes orientações para o Conselho de Administração da AgdA:

- Cumpram a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- Sejam socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- Desenvolvam ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.
- Promovam o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.
- Adotem metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes.
- Concebam e implementem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão.
- Implementem planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade).

- Implementem políticas de inovação científica e de tecnologia consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade).
- Adotem sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a AgdA não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

3.2 ESTRATÉGIAS DE MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS

O volume de negócios da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. para 2018 resulta da aplicação de uma tarifa para o abastecimento de água e outra para o tratamento de efluentes, aprovadas pelos Parceiros (Estado e 20 Municípios) e pela Comissão de Parceria, conforme Aditamento ao Contrato de Gestão celebrado em 22 de dezembro de 2015, atualizada pelo Índice de Produtividade de Fatores, conforme previsto nos referidos contratos

As tarifas compreendem uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Serviços, visando tendencialmente o resarcimento de todos os custos fixos da empresa e, uma componente variável aplicada aos metros cúbicos efetivamente fornecidos / tratados.

Assim, as tarifas aprovadas em aditamento ao Contrato de Gestão para o quinquénio 2016-2020 e atualizadas pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) são:

Abastecimento: Tarifa fixa: € 20,7204 /unidade (habitante/alojamento)

Tarifa variável: € 0,4025/m³

Águas residuais: Tarifa fixa: € 16,9260 /unidade (habitante/alojamento)

Tarifa variável: € 0,3960/m³

3.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E PAGAMENTOS EM ATRASO

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento e as dívidas a fornecedores da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimado para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**, calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

Prazo médio de pagamento <i>Unidade: Dias</i>	Real	Real	Orçamento				Orçamento
	2016	2017	I.ºT2018	2.ºT2018	3.ºT2018	4.ºT2018	2018
Gastos (CMVMC, FSE, Outros) (Euros)	9 067 463	9 602 643	2 014 535	2 274 993	2 665 114	2 182 509	9 137 151
Dívidas a Fornecedores (Euros)	1 891 119	2 049 705	808 470	898 966	967 773	734 604	734 604
PMP	76	78	37	36	33	31	29

(*) Foram considerados os valores relativos a fornecedores conta corrente cujo registo corresponde às rubricas de CMVMC, FSE e outros

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não tem pagamentos em atraso e apresenta prazos médios de pagamento adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores.

3.4 MINIMIZAÇÃO DA DÍVIDA BANCÁRIA E ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA DÍVIDA BANCÁRIA DOS ENCARGOS FINANCEIROS

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding do Grupo. A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros. Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos (operacionais) tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI (Banco Europeu de Investimento).

Taxa Média de Financiamento	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão
Unidade: Percentagem	2016	2017	2018	2019	2020
1. Encargos financeiros (**)	I 064 572	I 066 898	780 956	I 153 985	I 219 654
2. Capitalizações de Encargos Financeiros	321 387	215 696	219 003	541 245	581 149
3. Endividamento	51 883 016	50 922 727	49 384 308	56 773 649	61 447 992
Taxa Média de Financiamento ((1+2)/3)	2,67%	2,52%	2,02%	2,99%	2,93%

Na AgdA, verifica-se no orçamento para 2018 uma diminuição dos encargos financeiros relacionados com a redução das necessidades de financiamento bem como com a diminuição de referência Euribor e dos spreads associados aos empréstimos contratados. Para os anos de 2019 e 2020 está previsto um aumento dos encargos financeiros resultado do aumento da taxa média de financiamento prevista bem como do aumento das necessidades de financiamento. O incremento no endividamento nesses anos está relacionado com o aumento do valor dos investimentos estimados no EVEF revisto da empresa.




3.5 CÁLCULO DO EBITDA E EBITDA AJUSTADO

Para efeitos do presente documento considera-se que o EBITDA é igual ao valor dos resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) e Subsídios. No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do EBITDA da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimado para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Cálculo do EBITDA	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Var 2017/2016		Var 2018/2017	
	<i>Unidade: Euros</i>	2016	2017	2018	2019	2020	Valor	%	Valor
Resultado Operacional	922 230	941 334	621 193	2 085 542	2 205 507	19 104	2%	-320 141	-34%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	3 837 269	3 944 315	4 714 638	6 132 791	6 110 374	-107 046	3%	-770 323	20%
Subsídios ao investimento	2 441 601	2 648 991	2 735 609	2 863 749	2 819 725	207 390	8%	86 618	3%
EBITDA	2 317 898	2 236 658	2 600 223	5 354 585	5 496 156	-81 240	-4%	363 564	16%

Pese embora o cálculo do EBITDA se apresente com uma variação positiva comparativamente com os anos de 2016 e de 2017, a AgdA considera que o cálculo deverá ainda ser expurgado dos desvios de recuperação de gastos uma vez que representam um efeito contabilístico para devolução / recuperação em tarifas futuras, pelo que o quadro seguinte apresenta o EBITDA Ajustado.

Cálculo do EBITDA Ajustado	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão	Var 2017/2016		Var 2018/2017	
	<i>Unidade: Euros</i>	2016	2017	2018	2019	2020	Valor	%	Valor
Resultado Operacional	922 230	941 334	621 193	2 085 542	2 205 507	19 104	2%	-320 141	-34%
Desvio Tarifário	-52 597	-336 451	-392 501	-172 867	-150 789	-283 853	540%	-56 051	17%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	3 837 269	3 944 315	4 714 638	6 132 791	6 110 374	107 046	3%	-770 323	20%
Subsídios ao investimento	2 441 601	2 648 991	2 735 609	2 863 749	2 819 725	207 390	8%	86 618	3%
EBITDA AJUSTADO	2 370 495	2 573 109	2 992 724	5 527 451	5 646 945	202 613	9%	419 615	16%

Conforme se evidencia nos quadros acima, o EBITDA apresenta para 2018 um valor positivo à semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores sublinhando-se o aumento significativo previsto dos resultados operacionais comparativamente com os anos 2016 e 2017.

3.6 CÁLCULO DO EBIT E EBIT AJUSTADO

Para efeitos do presente documento considera-se que o EBIT é igual ao valor dos resultados antes de juros, impostos. No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do EBIT da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimado para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Apresentação do EBIT	Real 2016	Real 2017	Orçamento 2018	Previsão 2019	Previsão 2020	Var 2017/2016 Valor	Var 2017/2016 %	Var 2018/2017 Valor	Var 2018/2017 %
Unidade: Euros									
Resultado Operacional (EBIT)	922 230	941 334	621 193	2 085 542	2 205 507	19 104	2%	-320 141	-34%

Pese embora o cálculo do EBIT se apresente com uma variação negativa comparativamente com os anos de 2016 e de 2017, a AgdA considera que o cálculo deverá ainda ser expurgado dos desvios de recuperação de gastos uma vez que representam um efeito contabilístico para devolução / recuperação em tarifas futuras, pelo que o quadro seguinte apresenta o EBIT Ajustado.

Cálculo do EBIT Ajustado	Real 2016	Real 2017	Orçamento 2018	Previsão 2019	Previsão 2020	Var 2017/2016 Valor	Var 2017/2016 %	Var 2018/2017 Valor	Var 2018/2017 %
Unidade: Euros									
Resultado Operacional (EBIT)	922 230	941 334	621 193	2 085 542	2 205 507	19 104	2%	-320 141	-34%
Desvio Tarifário	-52 597	-336 451	-392 501	-172 867	-150 789	-283 853	540%	-56 051	17%
EBIT AJUSTADO	974 827	1 277 785	1 013 694	2 258 408	2 356 296	302 958	31%	-264 090	-21%

Numa análise ao EBIT verifica-se para 2018 uma melhoria do resultado operacional comparativamente com 2016, pese embora uma degradação comparativamente a 2017. A degradação resulta do aumento das amortizações previstas para 2018, como consequência do aumento de atividade previsto para 2018. De referir que apesar do aumento de amortizações, o aumento de atividade traduz-se numa melhoria do EBITDA, conforme se poderá verificar no ponto 3.5 do presente relatório.

Pelo acima exposto, solicita-se ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro a dispensa deste princípio que decorre das IPG de 2018 uma vez que a o EBITDA e o rácio dos Gastos Operacionais sobre Volume de Negócios da empresa evoluem positivamente. De referir que este princípio não consta do Decreto de Lei de Execução Operacional para 2018 pelo que se reforça o pedido de dispensa para o seu cumprimento.

3.7 EVOLUÇÃO DO EBITDA E DOS DIVIDENDOS PAGOS

No quadro seguinte apresenta-se a Evolução do EBITDA e dos Dividendos pagos da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimados para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

EBITDA e Dividendos Pagos		Real	Real	Orçamento	Var 2017/2016	Var 2018/2017
<i>Unidade: Euros</i>		2016	2017	2018	Valor	%
EBITDA		2 317 898	2 236 658	2 600 223	-81 240	-4%
Dividendos pagos		139 038	212 363	221 663	73 325	53%

Os dividendos pagos correspondem, nos termos dos Contratos de Parceria e de Gestão, à remuneração dos capitais próprios que resulta da aplicação ao capital social e reservas, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescido de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que para 2018 não se prevê que venha a ocorrer fatores que reduzam o risco do capital social investido, foi mantido para 2018 o prémio de risco de 3 pontos percentuais.

Pelo acima exposto, a variação negativa dos dividendos previstos liquidar em 2018, referentes a 2017, resultam da redução da taxa de remuneração dos capitais em 2017 comparativamente remuneração dos capitais em 2016.



3.8 RÁCIO GO/VN (ARTIGO 145º DLEO)

Para análise do indicador importa ter presente a atividade exercida pela empresa desde o início da exploração dos sistemas, não sendo portanto possível exercer uma comparabilidade entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável não só pelo facto dos sistemas municipais terem sido afetos à Parceria de forma gradual mas também pelo facto de terem entrado em funcionamento novas infraestruturas e equipamentos ao longo do período.

Tal facto decorre, conforme já explicitado, da AgdA ter iniciado a atividade de exploração dos sistemas de abastecimento em 01 de julho de 2010 com a integração dos sistemas de abastecimento de 10 municípios, nomeadamente os Municípios de Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Cuba, Serpa, Mértola, Moura, Viana do Alentejo e Vidigueira. Em 2011 a empresa integra mais 8 sistemas, Almodôvar, Alcácer do Sal, Castro Verde, Grândola, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém e Vendas Novas, vindo posteriormente a abranger a totalidade dos sistemas em meados de 2013 com a integração dos últimos municípios, Arraiolos e Montemor-o-Novo. Conclui-se portanto que a estrutura de custos foi sendo incrementada com as referidas integrações o que resultou numa impossibilidade de numa análise isolada obter qualquer conclusão quanto ao resultado das Reduções de Custos.

Acresce ao referido que, no que respeita à atividade de saneamento, a empresa opera os sistemas de saneamento na medida em que viria a executar o plano de investimentos aprovado e com execução muito concentrada nos primeiros anos de atividade da empresa, posteriormente diluído até 2020.

Apesar disso, a empresa sempre se mostrou sustentável, evidenciando nas suas contas anuais resultados positivos através da acumulação de desvios de recuperação de gastos positivos (superavit) devidamente auditados por entidade independente e vertidos nos Relatórios & Contas anuais da empresa.

Importa referir que numa análise às Demonstrações Financeiras da empresa da proposta de orçamento para 2018 a AgdA vem aumentando a sua estrutura de custos pese embora o resultado operacional expurgado de amortizações (EBITDA) represente uma melhoria do resultado na medida em que o aumento desses custos é acompanhado pelo aumento do volume de negócios. Ainda assim, na análise à demonstração de resultados previsional é possível verificar que a empresa continua a gerar valor aos seus acionistas, através dos superavit's que resultam de tarifas aprovadas pela Comissão de Parceria e Parceiros.

Merece também especial relevo a eficiência da empresa que numa gestão financeira pautada pelo baixo custo, foi ainda possível obter melhorias significativas no que diz respeito ao serviço de abastecimento águas e saneamento com melhorias muito significativas na qualidade de água para abastecimento e na qualidade de águas residuais tratadas.

É neste contexto que a empresa se propõe para o exercício de 2018 a manter o nível de serviço público prestado com estrito cumprimento pelas orientações transmitidas à empresa, mantendo elevado os padrões de qualidade e serviço público aos 250 mil habitantes.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do Plano de Redução de Gastos (PRC) da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimado para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Gastos Operacionais / Volume de Negócios	Orçamento	Real	Real	Real	Var 2018/2015		Var 2018/2017		Var 2018/2016	
		2018	2017	2016	2015	Valor	%	Valor	%	Valor
<i>Unidade: euros / Percentagem</i>										
Custo das Vendas (euros)	661 070	826 451	716 698	730 202	-69 133	-9%	-165 382	-20%	-55 628	-20%
Fornecimentos e serviços externos (euros)	8 404 605	8 662 178	8 263 743	7 294 823	1 109 782	15%	-257 573	-3%	140 862	-3%
Gastos com Deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel (euros)	474 318	480 914	489 135	527 022	-52 704	-10%	-6 596	-1%	-14 817	-3%
Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria (euros)	38 000	40 360	88 157	102 746	-64 746	-63%	-2 360	-6%	-50 157	-6%
Gastos com pessoal s/ Indemnizações (euros)	3 038 867	2 680 286	2 531 454	2 174 271	864 595	40%	358 581	13%	507 413	13%
Total de Gastos (euros) (1)	12 104 541	12 168 915	11 511 895	10 199 297	1 905 244	19%	-64 374	-1%	592 646	-1%
Volume de Negócios (euros) (*) (2)	14 801 187	14 214 698	13 262 666	11 305 680	3 495 507	31%	586 489	4%	1 538 520	4%
Subsídios e Ind. Compensatórias (euros) (3)	0	0	0	0	0	0%	0	0%	0	0%
Peso dos Gastos / VN (1)/(2)	82%	86%	87%	90%		-9%		-4%		-6%

(*) No cálculo do Volume de Negócios apenas foram considerados os valores que resultam da aplicação das tarifas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

De referir que a AgdA iniciou a atividade operacional apenas em julho de 2010 e em apenas 10 municípios dos atuais 20 municípios. Pelo exposto o exercício de 2010 não poderá ser uma base comparativa com o orçamento de 2018 tendo-se optado por apresentar o ano de 2015 para efeitos de consistência e continuidade na implementação do plano de recuperação de custos e evolução do rácio de Gastos Operacionais pelo Volume de Negócios.

Com o Orçamento Previsional apresentado pela AgdA **será cumprido** o rácio de Gastos Operacionais por Volume de Negócios uma vez que o peso dos gastos será inferior aos anos anteriores.



3.9 NOTAS SOBRE AS RUBRICAS DO PRC

3.9.1 CUSTO DAS VENDAS

A rubrica custo das vendas inclui os gastos com aquisição de água bruta e de reagentes utilizados no processo de tratamento da água para consumo humano e do saneamento de águas residuais.

Prevê-se que o custo das vendas reduza comparativamente com os montantes verificados em 2017, pelo facto de em 2017 ter sido necessário efetuar a reposição dos níveis da Albufeira do Roxo por estes se apresentarem muito baixos, condicionando os processos de tratamento em disponíveis e a qualidade da água tratada, tendo-se adquirido de água bruta à EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva o que originou um aumento do custo em 2017 em cerca de 100 mil euros.

3.9.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O quadro seguinte apresenta as maiores rubricas de fornecimentos e serviços externos da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A no ano de 2018 e a sua comparação com os anos de 2015, 2016 e 2017.

Fornecimentos e Serviços Externos <i>Unidade: euros</i>	Real	Real	Orçamento	Var 2018/2015		Var 2018/2016		Var 2018/2017	
	2016	2017	2018	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos	941 776	949 478	1 632 711	915 615	128%	690 935	73%	683 233	72%
Serviços especializados	1 179 838	1 485 127	1 030 212	-500 552	-33%	-149 626	-13%	-454 915	-31%
Análises	412 187	440 507	396 607	146 954	59%	-15 580	-4%	-43 900	-10%
Tratamento de Resíduos	242 078	127 652	284 065	101 309	55%	41 987	17%	156 413	123%
Publicidade e Propaganda	87 783	71 746	80 730	22 877	40%	-7 053	-8%	8 984	13%
Vigilância e Segurança	21 525	41 015	39 872	16 712	72%	18 347	85%	-1 142	-3%
Honorários	2 091	2 240	1 500	-102 506	-99%	-591	-28%	-740	-33%
Conservação e reparação	1 146 366	1 339 752	825 381	83 682	11%	-320 985	-28%	-514 371	-38%
Materiais	25 168	23 705	27 240	-1 353	-5%	2 072	8%	3 534	15%
Energia e fluidos	3 109 013	2 942 887	3 228 831	502 182	18%	119 818	4%	285 944	10%
Deslocações, estadas e transportes	477 249	495 286	320 877	-35 315	-10%	-156 373	-33%	-174 409	-35%
Rendas e Alugueres	470 936	422 078	448 144	-47 150	-10%	-22 793	-5%	26 066	6%
Comunicações	111 080	109 165	93 625	-9 120	-9%	-17 455	-16%	-15 540	-14%
Seguros	68 484	70 580	57 744	-6 220	-10%	-10 740	-16%	-12 836	-18%
Contencioso e Notariado	10 399	5 239	10 399	-10 641	-51%	0	0%	5 160	98%

Despesas de Representação	4 386	1 049	4 167	-72	-2%	-219	-5%	3 118	297%
Limpeza, Higiene e Conforto	42 528	40 447	40 014	14 806	59%	-2 513	-6%	-433	-1%
Outros	73 541	114 180	75 466	-264 294	-78%	1 925	3%	-38 714	-34%
Trabalhos para a própria empresa FSE	-162 685	-19 314	-192 980	282 867	-59%	-30 295	19%	-173 666	899%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 263 743	8 662 818	8 404 605	1 109 782	15%	140 862	2%	-258 213	-3%

A operação da componente saneamento das ETAR sob responsabilidade da AgdA está contratada em regime de outsourcing pelo que com a entrada em funcionamento das novas instalações e das que foram sendo reabilitadas as exigências de operação, manutenção e conservação são muito mais elevadas face às tecnologias adotadas o que justifica um acréscimo de custos nas rubricas de subcontratos e de tratamento de resíduos comparativamente com os anos anteriores.

O mesmo acontece com os consumos de energia só que nesta componente é necessário ter ainda em consideração o aumento do custo unitário da eletricidade que se verificou em 2017 bem como o que se prevê vir a ocorrer em 2018.

Em sentido inverso, as rubricas que representam uma maior economia de gastos, “Trabalhos Especializados”, “Conservação e Reparação” e “Deslocações, Estadas e Transporte de Mercadorias”. A redução do valor de trabalhos especializados de conservação e reparação está relacionado com o aumento da rubrica de Outsourcing, na medida em que algumas atividades, nomeadamente de assistências técnicas e de manutenção irão passar a estar incluídas nos respetivos contratos de outsourcing.

Relativamente a deslocações, estadas e transportes que se devem no essencial a reduções dos transportes de água por autotanques para abastecimento de populações está relacionado com o facto de em 2015, 2016 e 2017 se terem verificado anos particularmente secos o que implicou escassez de água nas origens tradicionais com o consequente recurso a transportes de água como forma de garantir o abastecimento nalguns aglomerados do Sistema sob responsabilidade AgdA, situação que se prevê ser atenuada em 2018 com a execução dos investimentos programados. Com a realização de alguns investimentos programados, prevê-se que seja possível garantir o abastecimento de água através de captações superficiais a alguns aglomerados que até então eram abastecidos por sistemas autónomos que não garantiam a continuidade do abastecimento.

Verifica-se ainda um aumento significativo na capitalização de encargos resultado do aumento do investimento previsto para 2018. Contribui para investimento a execução de empreitadas bem como as prestações de serviços e encargos com o pessoal associado a esses investimentos pelo que são capitalizados em investimento as prestações de serviços relativas aos investimentos previstos. De referir que se prevê um aumento do valor do investimento de 8,7 M€ para 32,08 M€, de 2017 para 2018, pelo que a necessidade de recurso a prestações de serviços e respetiva capitalização de encargos também aumenta.



3.9.3 DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, ALOJAMENTO E ENCARGOS COM VIATURAS

O quadro seguinte apresenta os gastos com Deslocações, Ajudas de Custo, Alojamento e Encargos com Viaturas estimados para a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. no ano de 2018 e a sua comparação com o ano de 2016 e 2017.

Deslocações , ajudas de custo, alojamento e encargos com viaturas (euros) <i>Unidade: euros</i>	Real	Real	Orçamento	Var 2018/2016		Var 2018/2017		Cumprimento
	2016	2017	2018	Valor	%	Valor	%	
Deslocações, ajudas de custo, alojamento e encargos com viaturas (euros)	489 135	480 914	474 318	-14 817	-3%	-6 596	-1%	

3.9.4 CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

O quadro seguinte apresenta os gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria estimado para a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. no ano de 2018 e a sua comparação com o ano de 2016 e 2017.

Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria <i>Unidade: euros</i>	Real	Real	Orçamento	Var 2018/2016		Var 2018/2017		Cumprimento
	2016	2017	2018	Valor	%	Valor	%	
Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria	88 157	40 360	38 000	-50 157	-57%	-2 360	-6%	

3.9.5 VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. resulta da aplicação de uma tarifa definida para o quinquénio 2016-2020, aprovada pelos Parceiros (Estado e 20 Municípios) e pela Comissão de Parceria, conforme Contrato de Gestão e respetivo Aditamento. A tarifa comprehende uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Serviços, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa, e uma componente variável aplicada aos volumes efetivamente fornecidos / tratados.

A quantidade de água fornecida e tratada depende de fatores de procura, externos à empresa. Nos últimos anos com a fraca pluviosidade tem levado a uma maior procura da água por parte dos clientes, pese embora o investimento efetuado pelos municípios na redução das perdas nos sistemas de distribuição em baixa tenham atenuado ligeiramente o aumento dos consumos.

No que diz respeito à atividade de saneamento importa referir que apenas a partir de 2016 a AgdA pratica a tarifa de saneamento para as infraestruturas construídas, remodeladas, e que não necessitem de investimento, sendo que as restantes infraestruturas, que serão alvo de investimento por parte da empresa, será efetuado a refaturação dos gastos com a atividade operacional, sendo estes registados na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais.

Volume de Negócios <i>Unidade: euros</i>	Real	Real	Orçamento	Var 2018/2016		Var 2018/2017	
	2016	2017	2018	Valor	%	Valor	%
Vendas	10 834 559	11 126 411	11 325 001	490 442	5%	198 590	2%
Prestações de serviços	2 428 107	3 088 287	3 476 186	1 048 078	43%	387 899	13%
Volume de Negócios	13 262 666	14 214 698	14 801 187	1 538 520	12%	586 489	4%

(*) No cálculo do Volume de Negócios apenas foram considerados os valores que resultam da aplicação das tarifas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

3.10 FROTA AUTOMÓVEL

Para análise da rubrica foram considerados todos os gastos com frota automóvel, designadamente, Conservação e Reparação, Combustíveis, Estacionamento, Portagens, Aluguer Operacional de Viaturas e Seguro, podendo este ser individualizado pelo módulo analítico do sistema SAP. De referir que toda a frota da empresa se encontra contratada em regime de aluguer operacional não havendo qualquer viatura automóvel registada em Ativo. Deste facto todos os gastos são registados em Fornecimentos e Serviços externos não havendo lugar a amortizações.

A AgdA dispõe de uma frota automóvel essencialmente operacional, conforme se poderá obstar no quadro abaixo, sendo estas viaturas utilizadas exclusivamente para fins profissionais numa região com sistemas muito dispersos. Reitera-se que o sistema da AgdA abrange 17% do território continental.

O quadro seguinte apresenta a previsão da estrutura da Frota Automóvel nomeadamente no que diz respeito aos gastos e número de viaturas da AgdA – Águas Públicas do Alentejo S.A. para o ano de 2018 e a sua comparação com os anos de 2016 e 2017.

Frota Automóvel Global <i>Unidade: euros</i>	Real	Real	Orçamento	Var 2018/2016		Var 2018/2017		Cumprimento
	2016	2017	2018	Valor	%	Valor	%	
Gastos com a Frota Automóvel	462 673	458 972	452 981	-9 693	-2%	-5 991	-1%	
Numero Total de Veículos	55	58	58	3	5%	0	0%	



A variação favorável dos gastos está relacionada com o facto de a AgdA prever substituir em 2018 cerca de 67% da frota, pese embora o aumento do número total de viaturas entre 2016 e 2017. Estima-se que desta substituição resultarão rendas inferiores uma vez que no último concurso efetuado o valor por viatura da mesma categoria foi francamente inferior ao atualmente em vigor para as viaturas contratadas em 2010, 2011, 2013 e 2014 e que como referido se preveem substituir em 2018. Acresce que para as restantes viaturas se prevê que sejam reajustadas quilometragens contratadas prevendo-se reduções das rendas atuais.

De referir ainda que a empresa tem adotado uma gestão de frota mais sustentável, justificando a redução dos gastos entre os exercícios, resultado de uma política de gestão de consumos e quilometragem mais equilibrada, procurando otimizar deslocações e reduzir os consumos das viaturas com conduções mais económicas e com tempos de ralenti mais baixos.

No que diz respeito ao aumento do número de viaturas, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 2017, a gestão corrente da empresa passou a ser assegurada por uma Comissão Executiva, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Administrador tendo sido deliberado a atribuição de uma viatura nos termos do Estatuto do Gestor Público. Acresce que em 2017 foi admitido na empresa um Secretário da Sociedade que na sequência da atribuições cometidas houve necessidade de afetar uma viatura operacional.

Na sequência do acima referido e tendo em consideração a evolução da atividade da AgdA, foi efetuado um pedido de excecionamento aos Ministérios do Ambiente e das Finanças, tendo o mesmo merecido despacho favorável conforme despacho 36/SEAMB/2017, da Secretaria de Estado do Ambiente e despacho 1146/2017 da Secretaria de Estado e Tesouro.



4. RECURSOS HUMANOS

4.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS E EFETIVO DE RH

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos e números de colaboradores da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. estimado para o ano de 2018, no âmbito do **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo**.

Designação <i>Unidade: euros</i>	Real					Orçamento	Var 2018/2017
	2014	2015	2016	2017	2018		
Gastos totais com Pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	2 174 313	2 174 271	2 531 454	2 680 286	3 038 867	358 581	13%
(a) Gastos com Órgãos sociais	105 598	91 131	111 037	243 733	276 738	33 005	14%
(b) Gastos com Cargos de Direção	152 831	153 976	201 254	215 994	222 701	6 707	3%
(c) Remunerações do pessoal (i)+(ii)+(iii)+(iv)+(v)	1 368 498	1 538 049	1 579 937	1 600 625	1 922 767	322 142	20%
(i) vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	1 095 252	1 276 321	1 345 327	1 390 862	1 674 821	283 959	20%
(ii) Outros subsídios	217 212	242 632	225 277	209 763	247 946	38 183	18%
(iii) impacto reduções remuneratória/suspensão subsídios em cada ano	56 033	19 097	9 333	0	0	0	0%
(iv) impacto da reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0	0%
(v) impacto com valorizações remuneratórias não abrangidas por instrumentos de regulação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0	0%
(d) Benefícios pós emprego	0	0	0	0	0	0	0%
(e) Ajudas de custo	3 882	6 738	4 719	4 658	4 211	-447	-10%
(f) Restantes encargos	543 505	381 877	634 507	615 276	612 449	-2 827	0%
(g) Rescisões / Indemnizações	0	2 500	0	0	0	0	0 %
Gastos Totais com Pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (iv), (v) e (g)	2 230 346	2 195 868	2 540 787	2 680 286	3 038 867	358 581	13%



Designação	Real					Orçamento	Var 2018/2017	
	2014	2015	2016	2017	2018		Valor	%
<i>Unidade: N.º Trabalhadores</i>								
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	117	130	131	129	143	14	11%	
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	9	9	9	9	9	0	0%	
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	4	4	5	5	5	0	0%	
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	104	117	117	115	129	14	12%	
Gastos com Dirigentes / Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(f))]	7%	7%	8%	8%	7%	0	-9%	

4.1.1 AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS

Em 2018 foi previsto um acréscimo de efetivos justificado pela necessidade de substituição de colaboradores saíram da empresa entre 2014 e 2017 e pela entrada em funcionamento das instalações já construídas e reabilitadas bem como das que se espera que venham a entrar em funcionamento em 2018/19, mas justificado também pela nova fase de investimentos em curso e programado para execução até 2020 com as necessidades decorrentes de colaboradores para acompanhamento de obras, fiscalizações, expropriações, controlo financeiro dos contratos e das candidaturas aos Fundos Comunitários.

Importa referir que em 2016 a empresa dispunha de 131 colaboradores tendo alguns saído da empresa para novos projetos pessoais e profissionais não tendo sido possível promover a sua substituição. Acresce ao referido que a empresa tem vindo a concluir os investimentos e a iniciar a operação das infraestruturas com os recursos existentes, encontrando-se no entanto no limite.

Assim, a variação do número de colaboradores previstos entre 2017 e 2018 corresponde às necessidades de recrutamento da AgdA solicitada à ADP SGPS, S.A que foi endereçado em pedido conjunto das empresas do Grupo Águas de Portugal, tendo já sido aprovado o recrutamento de 15 colaboradores na sequência do despacho 1169/2017 da Secretaria de Estado do Tesouro. Dos 15 colaboradores aprovados, foram asseverados pela AdP SGPS à AgdA 6 colaboradores.

Acresce ao referido que nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Art.º 123 do Decreto-lei 25/2017 foi solicitado ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente a substituição de dois colaboradores que saíram em 2017 tendo o mesmo sido aprovado através do despacho 49/SEAMB/2017. De referir que se encontram em curso os processos de recrutamento prevendo a materialização das contratações em 2018, repondo assim o número de colaboradores de 2016.

Em resultado do acima referido, no que respeita ao aumento do número de colaboradores e consequentemente aumento dos gastos com o pessoal, foi aprovado através do despacho 49/SEAMB/2017 a contratação de 2 colaboradores para substituição de saídas de 2017, representando estas contratações uma variação em 2018; foi aprovado através do despacho 1169/2017 a contratação de 15 colaboradores para o grupo Águas de Portugal, dos quais 6 foram alocados à AgdA; será necessário autorização para contratar 6 novos colaboradores que se justificam pela entrada em funcionamento de instalações já construídas e reabilitadas bem como das que se espera que venham a entrar em funcionamento ainda em 2018 e início de 2019, nomeadamente a ETA da Magra.

De referir que os pedidos de recrutamento apresentados encontram-se suportados no orçamento de 2018, no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro da empresa bem como nos Estudos de Viabilidade Financeira e Análise Custo Benefício do Investimentos programados e apresentados em Candidaturas ao POSEUR que apesar de contribuir para aumento de gastos, contribuirá igualmente para o crescimento do Volume de Negócios e consequentemente para um crescimento do EBITDA. É ainda de referir que apenas com a execução do investimento programado e com a entrada em funcionamento de novas infraestruturas será possível à AgdA aumentar o Volume de Negócios e o EBITDA, conforme anteriormente referido:

Para efeito, solicita-se aprovação expressa para as seguintes contratações:

- i. Contratação de um Técnico Superior e três Técnicos Operativos a integrar o Centro Operacional Este, novo sistema da Magra;

Com o arranque do novo subsistema da Magra, constituído por uma ETA com capacidade de produção de água para abastecimento de água à cidade de Beja e um sistema adutor que inclui condutas adutoras, estações elevatórias e reservatórios será necessário proceder à contratação de 1 técnico superior e 3 técnicos operativos colaboradores para operar as infraestruturas em jornada continua bem como monitorizar e controlar a qualidade de água na origem e água fornecida.



ii. Contratação de um Técnico Superior de Engenharia Civil a integrar a área de Engenharia;

Conforme tem vindo a ser plasmado no documento a AgdA encontra-se em plena fase de investimento tendo sido candidatados ao POSEUR investimentos que ascendem a 60 M€ já contratualizados.

Os investimentos a executar preveem a execução de cerca 40 empreitadas até final de 2019, das quais se prevê que em simultâneo possam estar em curso 28 empreitadas o que é claramente excessivo para o número de técnicos disponíveis no departamento de Engenharia da AgdA, que dispõe atualmente de 1 coordenador e 2 técnicos superiores.

Acresce ao referido que são os mesmos técnicos quem elaboram os procedimentos de contratação pública que visam a contratação das prestações de serviço de fiscalização e coordenação de segurança em obra bem como das empreitadas propriamente ditas.

Pelo acima exposto, será necessário proceder ao aumento dos recursos humanos do departamento através da contratação de um técnico superior de engenharia civil.

iii. Contratação de um Técnico Superior de Automação a integrar a Direção da Manutenção;

Com a execução do plano de investimento tem-se vindo a dotar as infraestruturas existentes e novas infraestruturas com sistemas de supervisão e telegestão que permitirá uma maior monitorização e controlo das infraestruturas do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo. Assim, torna-se necessário proceder à admissão de um colaborador que absorva o conhecimento das empresas instaladoras dos sistemas e que em simultâneo efetue o diagnóstico de avarias e programe as manutenções preventivas e curativas aos sistemas de automação.

Importa referir que neste âmbito a empresa está inteiramente dependente de entidades externas no que diz respeito com a conceção, implementação e manutenção dos sistemas de automação sendo por isso necessário dotar a estrutura da empresa de autonomia.



A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. declara que se encontra em condições de proceder ao recrutamento dos catorze recursos necessários nos termos do disposto no artigo 144.º do Decreto-Lei n.º33/2018 de 15 de maio, já que:

- a) os encargos decorrentes do recrutamento estão incluídos na presente proposta de PAO, e os respetivos impactos no triénio estão quantificados no quadro infra;

Unid: Euros

Entradas de colaboradores em 2018	Impacto em 2018	Impacto numa base anual (2019)	Impacto numa base anual (2020)
Gasto previsto com as admissões.	318 317,65	318 317,65	318 317,65

- b) estes recrutamentos são imprescindíveis para a prossecução das atribuições acometidas à AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., conforme acima justificado;
 c) não dispõe de recursos internos já colocados que possam satisfazer as necessidades subjacentes aos processos de recrutamento em causa;
 d) cumpre atempada e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º57/2011 de 28 de novembro, na sua redação atual.

Atenta a situação de recursos humanos acima descrita, solicita-se autorização para proceder ao recrutamento de catorze trabalhadores em 2018, dois dos quais se encontram autorizados pelo Despacho N.º 49/SEAMB/2017 e seis dos quais se encontram autorizados pelo Despacho N.º SET-1169/2017.



4.1.2 AUMENTO DOS GASTOS TOTAIS COM RECURSOS HUMANOS

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 2017, a gestão corrente da empresa passou a ser assegurada por uma Comissão Executiva, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Administrador resultando deste facto um aumento dos gastos com os Órgão Sociais uma vez que até abril de 2017 a gestão corrente da empresa era efetuada apenas por um administrador executivo. Esta alteração reflete uma variação muito significativa dos gastos com o pessoal, nomeadamente no que respeita ao orçamento para 2018 uma vez que representa 12 meses de atividade de 3 administradores executivos.

O aumento verificado em gastos com pessoal resulta ainda da previsão de aumento do número médio de colaboradores comparativamente com o exercício anterior, cuja proposta de contratação se encontra plasmada no número anterior.

4.1.3 SUBSTITUIÇÃO DE COLABORADORES

À data da elaboração do orçamento não é possível identificar o número de colabores que abandoarão os quadros de pessoal pelo que se solicita autorização prévia a Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, para proceder ao recrutamento de trabalhadores por motivos de substituição de outros trabalhadores que saiam ao longo do ano de 2018, caso se venha a verificar essa necessidade, declarando a AgdA que o processo de recrutamento só será efetuado caso esteja assegurado o cumprimento das condições necessárias conforme decorre do artigo 144.^º do Decreto-Lei n.º33/2018 de 15 de maio.

4.1.4 CONVERSÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO A TERMO EM CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

À data da elaboração do orçamento, considerando a legislação laboral em vigor, é possível identificar o número de colaboradores com contrato de trabalho a termo cuja necessidade da função se manterá para além do término deste. Pelo exposto solicita-se autorização prévia para nos termos do n.º 1 do artigo 144.^º do Decreto-Lei n.º33/2018 para durante o ano de 2018 o Conselho de Administração da AgdA seja dotado de autonomia de gestão para aprovação da conversão dos contratos de trabalho a termo de 15 colaboradores para contrato de trabalho por tempo indeterminado uma vez que desta conversão não resultará variação nos gastos com o pessoal nem no número total de colaboradores contratados.

4.2 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES

A elaboração da proposta de orçamento teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- ✓ Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- ✓ Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de Junho;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- ✓ Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- ✓ Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ✓ Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- ✓ Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- ✓ Lei nº 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- ✓ Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro;
- ✓ Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- ✓ Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro;
- ✓ Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março;
- ✓ Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro;
- ✓ Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio;

4.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Na AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P. ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

5. ESFORÇO PÚBLICO DE FINANCIAMENTO

Em 2017 e 2018 (bem como para 2019 e 2020) a AgdA não recebeu nem prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensáveis, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço Público de Financiamento	Real	Real	Orçamento	Previsão	Previsão
Unidade: Euros	2016	2017	2018	2019	2020
Empréstimos	0	0	0	0	0
Aumentos de capital	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0



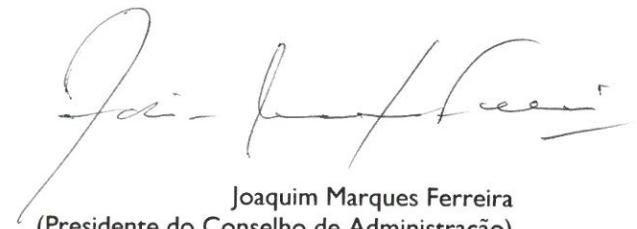
6. CONCLUSÕES

O presente documento apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., efetuado com as melhores previsões, estimativas e informações que se conhecem à presente data.

Com base no exposto, o Conselho de Administração da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. irá propor aos acionistas que relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018, deliberem:

- Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.;
- A aprovação do financiamento e endividamento previsto para as atividades desenvolvidas pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., bem como dos limites indicados para o montante máximo para celebração de contratos de financiamento;
- A aprovação da alteração entre as diferentes rubricas que integram os gastos operacionais e financeiros previsionais constantes das demonstrações financeiras relativas ao **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo** e que constituem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A..

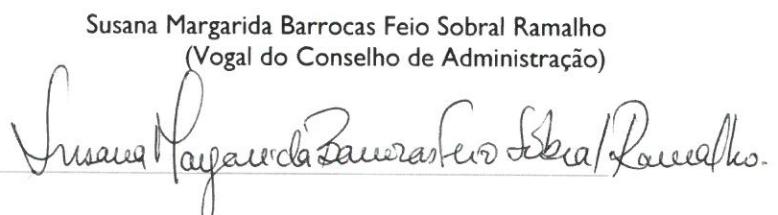
Beja, 06 de julho de 2018



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel da Silva Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)



Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho
(Vogal do Conselho de Administração)